

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A economia do Estado de Mato Grosso do Sul apresentou recuperação frente à crise dos agronegócios do ano de 2006. A energia distribuída pela Enersul, em 2007, acompanhou essa recuperação do Estado, com uma evolução de 3.126 GWh em 2006 para os atuais 3.273 GWh, um crescimento de 4,7%, contra apenas 0,6% no ano anterior. O consumo dos clientes industriais apresentou um acréscimo de 6,4% em relação a 2006, e dos rurais um crescimento de 5,9%. O número de clientes faturados teve um acréscimo de 2,9% em relação a 2006, alcançando 710.288 ao final de 2007. A qualidade do fornecimento de energia elétrica melhorou em relação ao ano anterior, conforme os indicadores de qualidade do serviço prestado aos clientes, com redução do DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) de 13,56 horas para 13,13 horas e o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor) de 10,45 vezes para 9,27 vezes. Atestando a qualidade dos serviços, a Companhia foi eleita, pela nona vez consecutiva, como a Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste, pela revista *Electricidade Moderna*, uma publicação de referência para o setor. Foi reconhecida, também, pela quinta vez, como a melhor empresa da região Centro-Oeste, na avaliação do prêmio *Abraadee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica*. Recebeu, ainda, o prêmio da Confederação Nacional da Indústria com o desenvolvimento do "Despacho Móvel", pelo avanço tecnológico que representa com a utilização da transmissão de dados via rádio para otimizar o deslocamento de viaturas.

Os investimentos na expansão e melhoria da rede, associados ao aumento da demanda e ao Programa Luz para Todos, bem como os aplicados aos sistemas de gestão, automação e medição, atingiram valores de R\$ 179,7 milhões, reafirmando o compromisso da Companhia com o desenvolvimento econômico e social do Estado e colocando a Enersul como uma empresa de vanguarda no campo da modernização tecnológica. De referir o cumprimento integral do Programa Luz para Todos, uma parceria da Enersul, Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e Governo Federal, que superou as metas comprometidas com o Ministério de Minas e Energia e Aneel.

Fato relevante para a Enersul foi a redução tarifária determinada pela Aneel, em dezembro de 2007, de -6,66%, sobre as tarifas que haviam sido aprovadas na revisão tarifária em abril de 2003, em decorrência de notificação do órgão regulador de diminuir a Base de Remuneração Regulatória que havia sido homologada. Há ainda a consideração de valores retroativos a abril de 2003, da ordem de R\$ 183 milhões (reconhecidos pela Enersul nos resultados do quarto trimestre de 2007), que deduzidos de parcela ainda não recebida do diferimento tarifário de 2003, implicará em uma devolução líquida de R\$ 142 milhões a serem pagos em condições e prazos a serem estabelecidos na revisão tarifária de abril de 2008. Em face desse reconhecimento no seu balanço, a receita operacional bruta foi menor em 6,8% comparado a 2006, e a receita operacional líquida 7% inferior. O resultado líquido mostrou-se, ao final de 2007, negativo em R\$ 58 milhões.

Em responsabilidade social foi utilizada uma nova metodologia de investimentos em projetos sociais em sua área de concessão, com a implantação de um processo transparente de Seleção Pública de Projetos. Este novo processo propiciou melhorias internas no processo de investimento social e um aprimoramento nos projetos apresentados pelas entidades concorrentes, pois exigiu uma maior profissionalização nas ações propostas, com metas, objetivos e resultados bem definidos. A Companhia foi reconhecida e certificada, pelo quarto ano consecutivo, como Empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq, em razão das ações de cidadania relativas ao combate ao trabalho infantil, promoção da educação, saúde e à defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética destaca-se a continuidade de projetos de cunho social e educacional, com o objetivo de orientar sobre o uso eficiente da energia elétrica e adequar as instalações elétricas de clientes de baixa renda, com a doação do kit economia, que visa adequar as instalações elétricas de residências de clientes baixa renda, composto de materiais elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas e geladeiras com Selo PROCEL A. Com a finalidade de modernizar os sistemas de iluminação pública de dez municípios do Estado, a Companhia executou um projeto de eficiência de 11.164 pontos de iluminação pública.

Na área ambiental a Companhia vem desenvolvendo inúmeras ações, tendo sido agraciada, pela segunda vez, com o título *Top of Quality Ambiental*, da OPB - Ordem dos Parlamentares do Brasil, por entender essa entidade que as práticas da Companhia se encontram em consonância com a legislação ambiental e que promovem políticas de conscientização na sociedade.

A Enersul obteve o reconhecimento atestando a qualidade de sua gestão empresarial, pela certificação com a Medalha de Prata pelo MS Competitivo, organismo ligado ao MBC - Movimento Brasileiro pela Competitividade, pela avaliação de sua gestão e cooperação para o desenvolvimento do setor econômico e empresarial do Estado.

A melhoria do desempenho e da eficiência operacional continuarão a ser objetivos estratégicos da Companhia e está preparada para, em 2008, realizar os investimentos necessários para o atendimento ao mercado.

Sérgio Pereira Pires
Diretor Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Enersul, a partir de fevereiro de 2008, passa a ter uma nova composição, decorrente da nomeação de Antônio Martins da Costa, Presidente desde 2003, para o cargo de *chairman* e *CEO* da *Horizon Wind Energy*, empresa recentemente adquirida nos Estados Unidos pela EDP - Energias de Portugal. Também passam a exercer outras funções no Grupo EDP, em Portugal, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens e Antônio Eduardo da Silva Oliveira, respectivamente vice-presidentes de Geração e Meio Ambiente e de Distribuição e Serviços Técnicos.

Nova composição do Conselho de Administração:

Presidente: **Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu**

Vice-Presidente: **João José Gomes de Aguiar**

Conselheiro: **Sérgio Pereira Pires**

Conselheiro: **Antonio José Sellare**

Conselheiro: **Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro**

Conselheiro: **Miguel Nuno Nunes Simões Ferreira Setas**

Conselheiro: **Miguel Dias Amaro**

Conselheiro (Representante dos Empregados): **Raul Toscano de Brito Neto**

DIRETORIA

A Diretoria da Enersul, a partir de fevereiro de 2008, apresenta uma nova composição, decorrente da reestruturação do modelo de gestão das distribuidoras do Grupo Energias do Brasil. Desta estrutura passa a fazer parte um Diretor Operacional, com a responsabilidade de coordenar a atuação das várias vertentes funcionais da Companhia e de assegurar a sua gestão operacional.

Nova composição da Diretoria:

Diretor Presidente: **Sérgio Pereira Pires**

Diretor Operacional: **Júlio Galvão**

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores: **Thomas Daniel Brull**

Diretor Técnico: **Manuel Amaro São Miguel Oliveira**

Diretor Comercial: **Paulo César Soares**

Diretor de Regulação: **Dorel Soares Ramos**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O crescimento da renda e do emprego, a queda nas taxas de juros, inclusive para o crédito pessoal, a expansão dos prazos nos financiamentos de bens duráveis e de valores para a casa própria, entre outros fatores, têm gerado um efeito em cadeia na economia que se reflete no consumo de eletricidade.

Em 2007, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 4,8% sobre 2006, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), esta taxa é a maior desde o fim do racionamento.

A economia do Estado de Mato Grosso do Sul apresentou um bom desempenho no ano de 2007, associado, principalmente, à recuperação da crise dos agronegócios, visto que a base econômica desta unidade federativa está no setor primário.

Esse melhor desempenho da economia local refletiu no crescimento da energia distribuída em 4,7%, na área de concessão da Enersul, pouco inferior à média nacional, com destaques para o crescimento do consumo da classe industrial de 6,4% e da rural de 5,9%.

A ENERSUL E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul foi criada em 11 de junho de 1979, sendo uma Companhia Aberta desde 29 de abril de 1981, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. Regida pela Lei das Sociedades por Ações, é controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, passando a ser sua subsidiária integral em 31 de julho de 2005.

A Enersul atende a quase totalidade do Estado de Mato Grosso do Sul, em 73 dos 78 municípios, numa área de 328.316 km², equivalente a 92% do Estado e a 94,7% da população total, correspondendo a 2,12 milhões de habitantes. A concessão da União tem vigência até 3 de dezembro de 2027, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 4 de dezembro de 1997.

PRINCIPAIS INDICADORES (*)

Descrição	Unidade	Dez/07	Saldos Dez/06	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	1.720.594	1.746.436	-1,5
Patrimônio Líquido	R\$ mil	672.516	716.781	-6,2
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	602.623	402.040	49,9
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,9	0,6	0,3
Dívida Líquida/EBITDA (12 Meses)	vezes	na	2,3	na
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	1.080.743	1.159.081	-6,8
Receita Líquida	R\$ mil	693.237	745.059	-7,0
Gastos Gerenciáveis e não Gerenciáveis	R\$ mil	752.156	637.255	18,0
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	(58.919)	107.804	na
EBITDA (2)	R\$ mil	10.002	174.855	-94,3
Resultado Financeiro	R\$ mil	(24.901)	(74.196)	-66,4
Resultado não Operacional	R\$ mil	(2.983)	2.484	na
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	(86.803)	36.092	na
Lucro Líquido	R\$ mil	(58.056)	50.360	na
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida)	%	1,4%	23,5%	-22,0 p.p.
Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida)	%	-8,4%	6,8%	-15,1 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	3.272.825	3.125.561	4,7
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	2.825.352	2.716.744	4,0
Residencial		943.196	928.468	1,6
Industrial		464.828	436.795	6,4
Comercial		631.481	614.089	2,8
Rural		339.793	320.809	5,9
Outros		446.054	416.583	7,1
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	-	109	na
Consumo Próprio	MWh	7.302	6.298	15,9
Energia em Trânsito	MWh	440.171	402.410	9,4
Investimentos	R\$ mil	179.713	195.608	-8,1
Número de Clientes Finais	mil	710.288	689.951	2,9
Número de Colaboradores	unidade	739	732	1,0
Produtividade (MWh Distribuído/Empregado)	MWh	4.429	4.270	3,7
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	13,1	13,6	-3,2
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	9,3	10,5	-11,3

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional

(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

(**) Ano de 2006 reclassificado. De acordo com o Despacho Aneel n.º 3.073 de 28/12/2006. As distribuidoras de energia passaram a contabilizar a partir de 2007 os encargos da CCC, CDE e P&D como "Deduções às Receitas Operacionais".

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico

O suprimento ao Mato Grosso do Sul é realizado principalmente através da Rede Básica por quatro linhas de transmissão no tensão de 230 kV. A primeira linha conecta a subestação (SE) Guaiará 230/138kV, na fronteira do Paraná, com a subestação Dourados 230/138 kV, no sul do estado. A segunda linha interliga a subestação de Dourados com a subestação de Anastácio, 230/138 kV, que se conecta à malha de 138 kV na subestação de Aquidauana, no sudoeste do Mato Grosso do Sul. As outras duas linhas de Rede Básica, em operação a partir de outubro de 2006, conectam a subestação de Nova Porto Primavera 440/230 kV (situada na divisa do Mato Grosso do Sul com São Paulo), com as subestações de Campo Grande Imbirussu e Dourados.

O suprimento ao Estado é ainda complementado pelas interligações em 138kV, provenientes da UHE Jupia, na fronteira com São Paulo que chegam a Campo Grande e uma linha nesta tensão da UHE Rosana, também em São Paulo, chegando até a subestação de Dourados. A subestação de Campo Grande Imbirussu, em Campo Grande, interliga-se em 138 kV com a subestação de Aquidauana. O oeste do Mato Grosso do Sul é atendido por uma linha radial em circuito duplo de 138 kV que, partindo da SE Aquidauana se conecta à SE Miranda e daí à SE Corumbá.

Tem-se ainda para atendimento a regiões isoladas os seguintes pontos de suprimento: conexões com os sistemas da CEMAT em 34,5 kV, CAIUÁ em 34,5 kV e COPEL em 138 KV para suprimento dos municípios de Sonora (norte), Bataguassú (leste) e para a região de Eldorado (sul), respectivamente.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Enersul (*)

Indicador	2007	2006	Variação Quantidade	%
Número de Subestações (**)	91	88	3	3,3
Potência Instalada de Transformações (MVA)	1.646	1.589	57	3,4
Redes de Distribuição - Própria - Total - Km	67.317	54.465	12.852	19,1
Redes de Distribuição - Própria - AT (Maior ou Igual a 69 kV)	3.754	3.569	185	4,9
Redes de Distribuição - Própria - MT (Entre 1 e Menor a 69 kV)	52.526	39.934	12.592	24,0
Redes de Distribuição - Própria - BT (Menor que 1 kV)	11.037	10.936	101	0,9
Transformadores de Distribuição Próprios - Total - (Quantidade)	33.560	30.734	2.826	8,4
Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano (***)	13.732	13.918	(186)	(1,4)
Transformadores de Distribuição Próprios - Rural	19.828	16.816	3.012	15,2
Transformadores de Distribuição de Terceiros - Total - (Quantidade)	30.462	30.403	59	0,2
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - (MVA)	1.060	1.011	49	4,6
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Urbano	751	751	0	0,1
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Rural	308	260	48	15,6
Total de kVA's Instalados na Distribuição de Terceiros (MVA)	1.271	1.009	262	20,6
Postes em Redes de Distribuição - Total - (Quantidade)	613.510	583.999	29.511	4,8
Postes em Redes de Distribuição - Urbano (***)	265.331	293.502	(28.171)	(10,6)
Postes em Redes de Distribuição - Rural	348.179	290.497	57.682	16,6

(*) Não auditado pela KPMG

(**) Inclui uma Subestação Móvel

(***) Ajustes de valores de cadastro e entrada do sistema totalizador *Spacial Intelligence* (Polígonos)

AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alterou, em dezembro, as tarifas da Enersul que haviam sido aprovadas na Revisão Tarifária de abril de 2003, determinando uma redução de 6,66% na tarifa média.

A redução é decorrente da notificação do órgão regulador, comunicada à Enersul em agosto e tornada definitiva em dezembro, de diminuir a Base de Remuneração Regulatória (BRR) líquida da Companhia em R\$ 126 milhões e a BRR bruta em R\$ 265 milhões. A BRR é composta dos ativos necessários para prestar o serviço de distribuição de acordo com as condições do contrato de concessão. Esses ativos são avaliados a preços de mercado e ajustados por meio de índices de aproveitamento definidos pela Aneel, visando contemplar o expurgo da tarifa de possíveis ociosidades nos equipamentos e instalações. O valor da BRR Líquida previamente homologado, de R\$ 782 milhões, fora apurado em 2003 por uma empresa independente, na época credenciada pelo órgão regulador.

Além da redução de 6,66% da tarifa média ocorrida em dezembro de 2007, haverá ainda a consideração dos valores retroativos a 2003, da ordem de R\$ 183 milhões (impacto econômico, sem efeito de impostos, reconhecido pela Companhia no resultado do quarto trimestre de 2007). Deduzida a última parcela do diferimento tarifário de 2003, não recebida pela Enersul, a redução da BRR implicará uma devolução líquida estimada de R\$ 142 milhões, a serem pagos mediante redução tarifária em condições e prazos a serem definidos pela Aneel na revisão de abril de 2008.

A Enersul questionou a decisão da Aneel por meio de recurso administrativo. A revisão consiste em decisão incomum no setor elétrico brasileiro, pois se refere à reabertura de um laudo de avaliação fiscalizado diversas vezes pela Aneel, afetando a BRR da Enersul, considerada definitiva em 2005 e blindada em 2006, conforme Resolução Aneel nº 234/2006. Em abril de 2008, data da revisão periódica estabelecida no contrato de concessão, será aferido o passivo da BRR da Enersul para o ciclo 2008-2013.

BALANÇO ENERGÉTICO

Itaipu 740.727	17,0%	Perdas Transmissão 79.718	Energia	Suprimento 0	0,0%	
Leilão 1.937.185	44,4%			Perdas de Itaipu 15.865	Fornecimento 2.832.654	67,3%
Outros 1.243.732	28,5%			Vendas C. Prazo 56.947	Perdas e Diferenças 936.821	22,3%
Energia em Trânsito 440.171	10,1%			Ajustes C. Prazo -361	Energia em Trânsito 440.171	10,5%
					Requerida 4.209.647	

Compra de Energia

A energia requerida pela Companhia em 2007 foi de 4.210 GWh, superior em 5,4% à verificada em 2006. A energia comprada em 2007 para atendimento a seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e outros totalizou 3.922 GWh, representando um crescimento de 6,3% em relação ao ano anterior.

Energia Distribuída

	Clientes (unidade)		MWh		R\$ Mil (1)	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento						
Residencial	574.666	559.006	943.196	928.468	391.240	364.226
Industrial	3.967	4.080	464.828	436.795	129.823	114.170
Comercial	56.304	55.206	631.481	614.089	251.013	228.873
Rural	66.585	63.476	339.793	320.809	86.195	77.786
Outros (2)	8.606	8.024	446.054	416.583	137.092	119.365
(-) Transferido para Energia Trânsito (3)					(670.235)	(651.072)
Energia Forn. Clientes Finais	710.128	689.792	2.825.352	2.716.744	325.128	253.348
Suprimento Convencional		1		109		44
Energia em Trânsito	21	16	440.171	402.410	53.123	47.867
(+) Transferido dos Clientes Finais (3)					670.235	651.072
Consumo Próprio	139	142	7.302	6.298	(761)	
Total Energia Distribuída	710.288	689.951	3.272.825	3.125.561	1.047.725	952.331
Fornecimento não Faturado (4)					(218.417)	(25.694)
Outras Receitas					18.047	16.396
(-) Deduções à Receita Operacional					(154.118)	(197.974)
Receita Operacional Líquida	710.288	689.951	3.272.825	3.125.561	693.237	745.059

(1) Dados em R\$ referem-se à Receita Líquida de ICMS

(2) Outros = Poder público + iluminação pública + serviço público

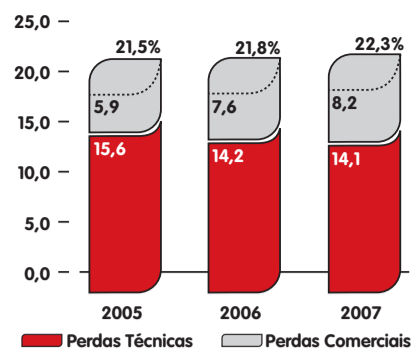
(3) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais

(4) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Enersul (energia vendida a clientes finais, consumo próprio, energia em trânsito), no ano de 2007, foi de 3.273 GWh, o que representa um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2007 atingiu o montante de 2.825 GWh, apresentando um acréscimo de 4,0% em relação ao ano anterior. A evolução da energia vendida por classe de consumo do ano de 2007, sobre os valores realizados em 2006, pode ser visualizada a seguir:

- O consumo da **classe residencial** teve elevação de 1,6%, enquanto o número de clientes aumentou em 2,8%, o que implicou em uma redução do consumo por consumidor de 1,8% em relação a 2006;

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



As perdas globais de energia apresentaram um ligeiro aumento, passando de 21,8% para 22,3 %. Este índice de perdas reflete, em grande parte, o aumento das perdas comerciais que teve como reflexo os efeitos remanescentes da vigência de liminar obtida pelo Ministério Público Estadual, do início do ano de 2006 até 20 de novembro de 2006, conforme relatado acima.

ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com Clientes

A Enersul, com o objetivo de melhor atender seus clientes, instalou em 2007, em todas as suas 48 lojas de atendimento comercial, um sistema informatizado de gerenciamento das informações do atendimento personalizado, contra 16 lojas no ano anterior.

Este sistema obtém informações gerenciais de forma customizada, rápida e simples, também possibilitando o acompanhamento *on line* das atividades executadas nas lojas de atendimento.

No ano de 2007 foi acrescida mais uma loja à rede de atendimento personalizado, totalizando uma representatividade espacial em 41 municípios dos 73 que compõem sua área de concessão.

Em 2007, em conformidade com a Resolução da Aneel nº 57/2004, o *call center* recebeu o total de 1.578.461 ligações por meio de uma linha 0800, sendo estas ligações gratuitas de qualquer local do país com atendimento 24 horas por dia.

Em complemento ao atendimento telefônico personalizado, a Enersul possui uma rede de agentes comerciais em todos os municípios de sua área de concessão. Em dezembro de 2007, atingiu-se a marca de 399 pontos de agentes ativos, permitindo uma melhor disseminação dos três serviços comerciais mais solicitados (consulta de débito, emissão de segunda via da fatura e religação), além do recebimento de contas.

Esta rede alternativa, presente em estabelecimentos comerciais diversos como padarias, farmácias, bancas de revistas, etc, proporciona maior comodidade ao cliente e reduz o fluxo e o tempo de espera nas lojas de atendimento.

Em 2007, a gestão dos agentes comerciais passou a ser realizada diretamente pela área de Relacionamento com Cliente, que sistematizou visitas trimestrais dos supervisores regionais a todos os agentes credenciados, visando estreitar os vínculos, antecipar-se a problemas de procedimentos e verificar as condições de funcionamento dos equipamentos com tecnologia "POS" (*Point of Sale*), utilizados para o recebimento das faturas.

O ano de 2007 foi marcado pela consolidação, em toda a área de concessão, do faturamento "OnSite", um processo inovador de leitura e entrega simultânea da conta de energia elétrica aos clientes urbanos. O projeto iniciou-se em 2006, abrangendo apenas o município de Campo Grande e, entre os meses de março a junho de 2007, expandiu-se para as demais localidades. Em dezembro as faturas emitidas perfizeram um total de 384.478, com um índice de efetividade de 78% em relação aos clientes deste segmento.

O Projeto Integrar, que visa incluir famílias de baixo poder aquisitivo ao uso regular, seguro e eficiente da energia elétrica, além de reduzir as perdas comerciais e a inadimplência, e que em 2006 havia se iniciado tendo como pólo piloto a cidade de Campo Grande, expandiu-se para os municípios de Corumbá e Ladário, atuando com equipes especializadas em inspeção e negociação. Foi cumprido 100% do cronograma previsto de visitas no decurso de 5 meses e em relação ao público-alvo, 39,4% passou a faturar regularmente.

Com o objetivo de identificar e eliminar de forma sistemática os focos de desperdício, ineficiência e despadroneização dos processos referentes ao ciclo comercial, em 2007 o Projeto "Lean" foi implementado na área comercial da Enersul, particularmente nas esferas do atendimento personalizado, virtual e *Call Center*. Em 2007 também foi realizado um diagnóstico da situação atual dos principais processos comerciais, avaliando o desempenho operacional de cada um deles e os seus impactos em cada um dos *stakeholders* da organização. No final de 2007 iniciou-se, nas duas maiores lojas de atendimento comercial da Companhia, em Campo Grande, o programa de implementação das medidas técnicas e comportamentais elencados como alternativas para se agregar valor aos processos e ao capital humano. Em 2008, o projeto será expandido com o envolvimento de equipes de 11 lojas de atendimento do interior do Estado com maior fluxo de clientes.

Medição

A emissão de laudos de verificação metrológica pelo INMETRO foi intensificada em 2007, a fim de atender, entre outras necessidades, ao acúmulo de 11.631 medidores a serem metrológicamente aferidos e as justificativas do agravo jurídico da liminar impetrada contra a Enersul (mencionada no item Perdas Técnicas e Comerciais).

Em 2007, focada na continuidade dos projetos de investimentos em telemedição para os clientes da área rural e para grandes clientes, a Enersul instalou equipamentos em mais 11.000 unidades consumidoras, possibilitando um acompanhamento diário do consumo, o que contribuiu para o controle mais efetivo das perdas comerciais e apresentou reflexos positivos na redução dos custos com leitura.

O Sistema de Telemedição Rural "Turtle" usa tecnologia PLC (*Power Line Communication*) para a transmissão dos dados registrados de consumo nos medidores, através das linhas de distribuição em média tensão até a subestação que alimenta as referidas linhas. Neste local, as informações são coletadas por um concentrador e enviadas via rede *ethernet* até a central de faturamento.

Índice de Satisfação do Cliente

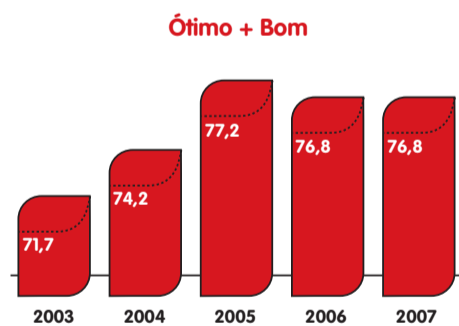
A Enersul participa da Pesquisa de Clientes Residenciais promovida pela Abradee desde 1999. Através deste instrumento, a Companhia avalia o nível de satisfação através de pesquisa quantitativa, na qual o cliente opina sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados. Esta pesquisa é realizada pelo Instituto Vox Populi, com sede em Belo Horizonte - MG.

Na pesquisa, os resultados dos principais índices evoluíram em relação ao ano anterior:

	2005	2006	2007
ISC - Índice de Satisfação do Cliente	51,6	47,1	49,3
IAC - Índice de Aprovação do Cliente	62,7	55,7	68,6
ISG - Índice de Satisfação Geral	64,6	69,7	75,2

As análises indicam que entre 2005 e 2007 houve uma estabilização do **Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP** (média ponderada de todos os itens avaliados com notas "bom" ou "ótimo"), considerando-se a margem de erro, depois de apresentar uma grande melhoria em relação a 2003 e 2004, com acréscimo de cerca de seis pontos percentuais.

Este resultado estável está em um patamar nunca antes alcançado pela Enersul desde que se iniciaram as pesquisas, indicando, portanto, uma resposta as crescentes intervenções na melhoria do atendimento. Quando comparado com as empresas da Região Norte/Centro-Oeste o destaque está no empate técnico com outras duas empresas na disputa da melhor empresa da Região.



Alguns pontos da pesquisa valem ser destacados em 2007 no comparativo entre empresas com mais de 400 mil clientes em todo o País:

Considerando as margens de erro a Enersul aponta num pelotão intermediário. Porém ao se comprar com empresas com topologia e extensão comparável com a sua área de concessão, se verifica uma grande proximidade de resultados entre elas. A avaliação do cliente aponta uma grande melhoria na "Rapidez na volta de energia quando falta", com um aumento de três pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No "Aviso antecipado de desligamento programado" a Companhia apresenta um avanço superior a 4% em relação a 2006 e quase 6% na "Orientação sobre riscos e perigos da rede elétrica".

Neste ano de 2007, a Enersul realizou pesquisa de satisfação exclusiva junto aos clientes atendidos em Média e Alta Tensão (pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE).

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Enersul aderiu ao Programa Luz para Todos, cujo objetivo é universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais e fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais mais carentes até o ano 2008.

Conforme Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia - MME, a Enersul e o Estado do Mato Grosso do Sul, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás a participação financeira dos agentes é de 40% de CDE, a título de subvenção econômica e 35% de financiamento à Enersul, pela Elebrobrás, com recursos da RGR, 15% de capital próprio da Companhia e 10% de participação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, também como subvenção.

Em 2007, foram realizadas 2.971 ligações e investidos R\$ 31,9 milhões, sendo R\$ 28,5 milhões em redes novas e R\$ 3,3 milhões em adequação de redes incorporadas.

A Enersul cumpriu a meta de ligações acordadas com o MME e Aneel, com um total de 22.318 ligações nos anos 2004 a 2007.

INVESTIMENTOS

Em 2007, o programa de investimentos da Enersul atingiu R\$ 179,7 milhões, mostrando de forma inequívoca o seu comprometimento com o desenvolvimento econômico-social do Estado de Mato Grosso do Sul.

	2007	2006 (*)	R\$ mil Variação
Expansão de Rede	60.049	47.282	12.767
Melhoramento da Rede	39.857	28.125	11.731
Universalização	32.266	78.405	(46.139)
Telecom, Informática e Outros	47.541	41.796	5.745
Total	179.713	195.608	(15.894)

(*) Ano de 2006 reclassificado

Expansão de rede

Para atendimento da demanda do mercado foram investidos R\$ 60 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição.

Destacam-se como principais obras para atendimento ao mercado em 2007 a conclusão da implantação das obras necessárias para escoamento adicional de 77 MW das gerações do PROINFA na região nordeste do Estado do Mato Grosso do Sul, contemplando a operação em 138 kV da linha São Gabriel D'Oeste - Camapuã, implantação da SD Camapuã 138 kV - 20 MVA, construção de 132 km de linha 138 kV Camapuã - Paraíso, adequações nas SDs Paraíso, Chapadão do Sul, Cassilândia, Paranaíba e Aparecida do Taboado.

Adicionalmente foi instalado banco de capacitores de 7,2 MVAR no barramento de 13,8 kV da subestação de Corumbá, para a melhoria de tensão em função do atendimento as novas cargas e a ampliação da subestação Campo Grande Industrial com implantação do segundo transformador de 34,5/13,8 kV de 7,5 MVA; a expansão do sistema de distribuição de Bataguassu possibilitando melhor divisão e atendimento de novas cargas com a instalação de regulador de tensão e construção de 7,5 km de rede em 34,5 kV, associada às ampliações na subestação sendo a implantação de um novo bay 34,5 kV e ampliação de banco de capacitores no barramento de 13,8 kV, com acréscimo de 900 kVAr e a ampliação da subestação Campo Grande Centro com a implantação do segundo transformador 138/13,8 kV de 41 MVA, além de novos bays de 13,8 kV para distribuição urbana.

Para atendimento da demanda do mercado com níveis de qualidade exigidos pela legislação, foram investidos R\$ 48,5 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição. As principais obras de mercado são: atendimento à cidade de Naviraí em 138 kV e as adequações das subestações Campo Grande, Imbirussu e Dourados Santa Cruz visando garantir o suprimento de energia elétrica ao Mato Grosso do Sul através da Rede Básica.

Melhoramento de Redes

Os principais investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 39,9 milhões e se constituíram principalmente de substituição de equipamentos e recondicionamento de redes em final de vida útil, representando modernização e melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica. Também foram realizados investimentos de adequação de medição e redes para inibição de furto de energia proporcionando qualidade ao produto, segurança e integridade do meio-ambiente.

Tecnologia da Informação

Destacam-se os investimentos na unificação de sistemas com as demais empresas do Grupo, que suportarão os processos de finanças, controle, manutenção de equipamentos, suprimentos, projetos e recursos humanos, numa nova versão unificada do SAP implantada em janeiro/2006 e que sofreu nova atualização de versão em novembro/2007; no Geoprocessamento (SIT) que dará uma solução única aos processos técnicos para cadastro/projetos e gestão de ocorrências na alta, média e baixa tensão, implantada em janeiro/2007 e abril/2007; no sistema da área comercial do SAP, com a contratação de licenciamento e cujo desenvolvimento será finalizado em meados de 2008, e na integração da rede de dados da Enersul às redes da Bandeirante e da EDP - Energias do Brasil, concluída em 2007.

Automação, Telecomunicação e Outros

Implantado o projeto Opera Energias, conjunto de sistemas para permitir uma operação eficaz e segura do sistema elétrico da Enersul. Destacam-se entre as diversas ações para a implantação a padronização de dados, símbolos, telas e a integração do sistema SCADA com as demais distribuidoras do Grupo Energias do Brasil, a possibilidade de utilização de inteligência artificial, projeto a ser desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, e a implantação de site de contingência, dentro do conceito de *disaster recovery system*. Outros componentes importantes do Opera Energias são o SDM - Sistema de Despacho Móvel (envio de ordens de serviço a viaturas de forma digital) e o SIT Raios, que permite o monitoramento e visualização em tempo real de descargas atmosféricas na rede elétrica.

Foram ainda adquiridos em 2007, 28 novos veículos em substituição a veículos existentes na frota.

Universalização

Foram investidos R\$ 32,2 milhões na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, sendo R\$ 31,9 milhões no Programa Luz para Todos para ligação de 2.971 consumidores em cumprimento à meta estabelecida no Termo de Compromisso assinado com o Ministério de Minas e Energia e com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Foram também investidos R\$ 0,3 milhões nas obras de universalização urbana.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Em 2007 foi registrada uma evolução no desempenho da qualidade do serviço, notadamente para os indicadores DEC e FEC. Apenas a qualidade do atendimento, representada pelo indicador TMA (Tempo Médio de Atendimento) apresentou redução de desempenho comparativamente ao ano anterior ocasionada, sobretudo, pelo processo de migração dos sistemas técnicos de operação, ocorrido em abril de 2007.

A tabela abaixo ilustra a evolução dos indicadores de desempenho da Enersul ao longo dos últimos anos.

Indicador	Medidas	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DEC	horas	14,03	11,02	9,47	11,1	13,56	13,13
FEC	vezes	11,43	9,49	8,03	9,16	10,45	9,27
TMA	minutos	62	79	86	98	112	141
Perdas Totais	%	15,8	15,7	16	21,5	21,8	22,3

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)
 FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)
 TMA - Tempo médio de atendimento (em minutos)

O indicador DEC passou de 13,56 horas, em 2006, para 13,13 horas no ano de 2007, representando uma melhoria de 3,17%. O impacto dos eventos de origem externa ao sistema da Enersul representou apenas 0,22 horas (1,68%) do DEC total da Companhia.

Também para o indicador FEC verificou-se uma melhoria de desempenho comparativamente ao ano anterior, passando de 10,45 interrupções para 9,27 interrupções por consumidor/ano, representando uma melhoria de 11,29%. O impacto dos eventos de origem externa ao sistema da Enersul representou apenas 0,28 interrupções (3,02%) do FEC total da Companhia. Em relação ao Tempo Médio de Atendimento (TMA), em função principalmente dos impactos da migração do sistema de atendimento da operação, passou de 112 minutos, em 2006, para 141 minutos registrados no ano de 2007.

Dentre os fatos relevantes associados aos indicadores de performance da Enersul em 2007 pode-se citar a migração do antigo sistema SOD, de gerenciamento dos atendimentos realizados pela Operação, para o SIT, Sistema de Informações Técnicas, assim como a certificação ISO 9001:2000 obtida para as atividades de coleta e apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais da Enersul. Complementarmente, o certificador Bureau Veritas, recomendou a acreditação dos mesmos processos aos organismos INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao ANAB (*ANSI-ASQ National Accreditation Board*).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2007	2006	R\$ mil Var. %
Receita Operacional Bruta	1.080.743	1.159.081	-6,8%
(-) Deduções à Receita Operacional	387.506	414.022	-6,4%
(=) Receita Operacional Líquida	693.237	745.059	-7,0%
(-) Despesas Operacionais:	752.156	637.255	18,0%
Gerenciáveis	304.491	263.728	15,5%
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	65.909	76.293	-13,6%
Material	13.801	11.448	20,6%
Serviços de Terceiros	99.346	76.862	29,3%
Depreciação e Amortização	68.921	67.051	2,8%
Provisão p/Créd. Liq. Duvidosa/Perdas Líquidas	24.364	11.216	117,2%
Provisões para Contingências	20.242	8.248	145,4%
Aluguéis e Arrendamentos	537	368	45,9%
Outras	11.371	12.242	-7,1%
Não Gerenciáveis	447.665	373.527	19,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	378.284	296.782	27,5%
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	66.692	74.769	-10,8%
Taxa de Fiscalização e Compensação Financeira	2.689	1.976	36,1%
(=) Resultado do Serviço	(58.919)	107.804	na
Margem do EBIT - %	-8,5%	14,5%	-23,0 p.p.
EBITDA	10.002	174.855	-94,3%
Margem do EBITDA - %	1,4%	23,5%	-22,0 p.p.

A **Receita Operacional Líquida**, no montante de R\$ 693 milhões em 2007, apresentou uma redução de 7,0% em relação ao ano anterior. A redução verificada de R\$ 52 milhões é proveniente do resultado líquido de: (a) crescimento de R\$ 72 milhões do fornecimento de energia elétrica a clientes finais, já excluído a parcela do faturamento correspondente ao Uso das Instalações; (b) do aumento de R\$ 24 milhões pelo aumento da receita de Uso do Sistema de Distribuição, faturada aos clientes livres e clientes cativos; c) provisão de R\$ 183 milhões referente ao ajuste dos resultados da revisão tarifária de 2003, determinado pela Aneel; e d) elevação de R\$ 35 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções à receita.

Em 2007, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 723 milhões, onde R\$ 53 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R\$ 670 milhões correspondem a receita de Uso das Instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.

Em dezembro de 2007 foi registrada uma provisão de R\$ 183 milhões referente a redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR da revisão tarifária de abril de 2003. Este passivo refere-se ao excedente de receita auferida no período 2003 a 2007, que deverá ser devolvida aos consumidores a partir de abril de 2008, em condições que serão definidas pela Aneel.

Os **Gastos Operacionais** totalizaram R\$ 752 milhões em 2007, superiores em 18,0% ao verificado no ano anterior. Os gastos operacionais gerenciáveis da Enersul, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, cresceram R\$ 41 milhões, correspondente a um incremento de 15,5% em 2007 em relação ao ano anterior.

A redução verificada de R\$ 10 milhões na rubrica de Pessoal deve-se, principalmente, à provisão efetuada em 2006 e as economias verificadas em 2007 com o "Programa de Demissão Voluntária - PDV" do Grupo EDP - Energias do Brasil.

A rubrica Serviços de Terceiros apresentou crescimento de R\$ 22 milhões em 2007 em relação ao ano anterior pela elevação, principalmente, dos custos vinculados à modernização dos sistemas de informática e ao atendimento ao consumidor. Em 2007, foram elevadas em mais R\$ 25 milhões as provisões para contingências e provisão para devedores duvidosos da companhia, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$ 74 milhões em 2007, equivalente a 19,8% ao verificado no ano anterior.

O **Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT)** foi negativo em R\$ 59 milhões em 2007 (positivo de R\$ 108 milhões no ano anterior). Este desempenho resultou em uma redução da margem do EBIT de 14,5% em 2006 para -8,5% em 2007. O **EBITDA** do período foi de R\$ 10 milhões (R\$ 175 milhões no ano anterior), resultando na redução da margem do EBITDA de 23,5% em 2006 para 1,4% em 2007.

O **Resultado Financeiro** de 2007 apresentou uma despesa líquida de R\$ 25 milhões, com uma variação positiva de R\$ 49 milhões em relação ao obtido no ano anterior. Neste exercício verificou-se uma redução no custo da dívida da companhia em função da redução das taxas de juros e principalmente, pela inexistência de despesas de Juros sobre Capital Próprio, que impactaram a despesa de 2006 em R\$ 29 milhões.

Em 2007, a Enersul apresentou um **Prejuízo Líquido** de R\$ 58 milhões (Lucro Líquido de R\$ 50 milhões, no ano anterior).

Endividamento

	Dez/07	Dez/06	R\$ mil Var.
Curto Prazo	55.676	93.158	-40,2%
Longo Prazo	504.515	541.248	-6,8%
Dívida Bancária (*)	560.191	634.406	-11,7%
(-) Disponibilidades	(28.253)	(12.034)	134,8%
(=) Dívida Bancária Líquida	531.938	622.372	-14,5%
(-) Ativo Regulatório Líquido	70.685	(220.332)	na
(=) Dívida Líquida	602.623	402.040	49,9%

(*) Inclui Empr. e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2007, a Enersul apresentou uma dívida líquida de R\$ 603 milhões, que representa uma elevação de 49,9% em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2006.

A dívida bancária bruta da Enersul em 31 de dezembro de 2007, com 96,3% de endividamento em moeda nacional e com 90,1% vencível a longo prazo, era composta por R\$ 21 milhões em financiamentos a longo prazo em moeda externa, R\$ 343 milhões de debêntures, R\$ 47 milhões de cédulas de crédito bancário, R\$ 60 milhões de financiamentos junto ao BNDES, R\$ 65 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás, R\$ 24 milhões de financiamentos do Fundo Constitucional do centro Oeste - FCO junto ao Banco do Brasil e outros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A dívida bancária bruta da Companhia foi reduzida em 11,7% de 31 de dezembro de 2007 em relação ao ano anterior, em função do vencimento dos financiamentos existentes, especialmente junto ao BNDES. No entanto, a dívida líquida apresentou um crescimento de 49,9% no mesmo período em função da contabilização de passivo regulatório de R\$ 183 milhões referente ao ajuste da BRR da revisão tarifária de 2003.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento

Em atividade desde 1998, o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento tem utilizado equipes compostas por profissionais da Enersul, Institutos de Pesquisas e Universidades, na busca permanentemente por novas alternativas e o aprimoramento do sistema elétrico de distribuição.

Os programas de P&D em execução no ano de 2007 totalizaram R\$ 1,1 milhão (ciclos 2004/2005 e 2005/2006). Os principais projetos foram:

- 1) Otimização dos Sistemas de Aterramento de Subestações 34,5/13,8 kV;
- 2) Desenvolvimento de Relíngido de Baixa Tensão Microcontrolado;
- 3) Desenvolvimento do sistema de identificação de fraudes de alta tensão, em tempo real (SIFAT), usando técnicas de inteligência artificial;
- 4) Desenvolvimento de Sensor Infravermelho para detecção *on line* de gases dissolvidos em óleo isolante de transformadores;
- 5) Avaliação e determinação de perdas oriundas do intercâmbio de energia do sistema interligado sul/sudeste no sistema Enersul;
- 6) Sistema de Rastreamento Inteligente de Movimentação de Ativos Físicos;
- 7) Sistema Ótimo de Medição e Estimativa de Qualidade de Energia Voltado ao Prodist/Aneel - Módulo 8, e
- 8) Desenvolvimento de um Sistema de Transmissão de Dados de Baixo Custo Via Rádio para Aplicação em Medição de Energia Elétrica.

No ano de 2007, o montante financeiro e a quantidade de projetos em execução foram inferiores ao ano de 2006 em função do atraso por parte da Aneel na aprovação do ciclo de P&D 2006/2007, que foi submetido à agência em setembro de 2006. A Aneel apenas autorizou o início da execução do ciclo de P&D 2006/2007 para janeiro 2008, e com isto a realização físico-financeira ficou restrita aos programas aprovados em anos anteriores.

Eficiência Energética

Em 2007, a Enersul deu continuidade a projetos de eficiência energética de cunho social e educacional, com investimentos na ordem de R\$ 41 milhões. Os projetos têm por objetivo orientar sobre o uso eficiente da energia elétrica e adequar as instalações elétricas de clientes de baixa renda. São eles:

- Kit Economia, que visa adequar as instalações elétricas de residências de clientes baixa renda, com a doação de materiais elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas e, principalmente, geladeiras com Selo PROCEL A;
- PROCEL nas Escolas, que beneficiou 87 escolas, localizadas em 10 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, capacitando um total de 641 professores e atingindo, aproximadamente, 27.762 alunos.

A Enersul investiu R\$ 1,8 milhão em diagnósticos energéticos nas instalações elétricas das unidades consumidoras do Núcleo do Hospital Universitário, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR, do Hospital Geral de Campo Grande, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do Asilo da Velhice Desamparada e Carente São João Bosco, localizadas em Campo Grande/MS, e no Hospital Regional José de Simone Neto no município de Ponta Porã/MS, uma iniciativa de grande alcance social. Os trabalhos tiveram início em 2006, e foram concluídos em 2007.

Foi realizado, em 2007, o Projeto Creche Eficiente, onde foram substituídos chuveiros elétricos por sistemas de aquecimento solar de água em 16 Creches da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Com a finalidade de modernizar os sistemas de iluminação pública de dez municípios de Mato Grosso do Sul, a companhia executou um projeto de eficiência energética de 11.164 pontos, resultando em uma redução de demanda de 855,72 kW e energia economizada de 4.164,46 MWh/ano.

GESTÃO DE PESSOAS

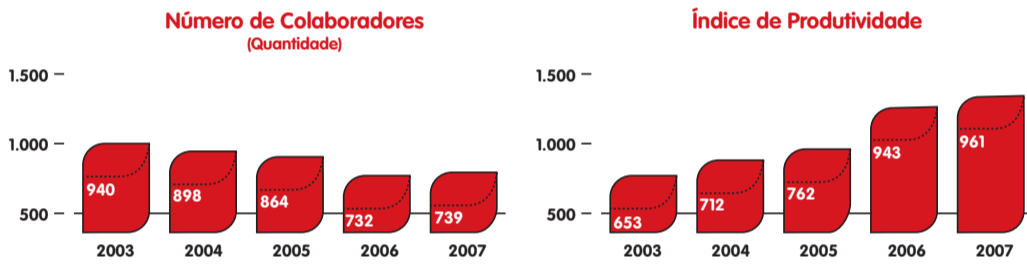
Em 2005 foi implantado um novo modelo de gestão para as empresas do Grupo Energias do Brasil, incluindo reestruturação societária e organizacional. Dentro desse novo contexto, foram redesenhados processos, iniciados os processos de unificação de sistemas e de padronização de normas e procedimentos, o que levou a necessidade de adequação de seu quadro de colaboradores, tanto nos aspectos qualitativos como quantitativos.

Para este efeito foi lançado pelas empresas do Grupo um Programa de Demissão Voluntária - PDV, em maio de 2006, com conclusão em dezembro de 2007, com a adesão final de 149 colaboradores, tendo-se apresentando uma postura inovadora de planejar a data de desligamento, acordada entre o colaborador e o seu superior imediato, considerando a necessidade de transmissão de conhecimentos e responsabilidade social com uma adequada preparação do colaborador para a nova fase de sua vida, através de profissionais capacitados e a extensão de benefícios por um período posterior ao desligamento.

O quadro de pessoal da Enersul, no encerramento de 2007, era de 739 colaboradores, 1% superior ao de 2006. Ao final de 2006, a relação cliente por empregado era de 943. Já em 2007, o índice subiu para 961 clientes por empregado, apresentando uma evolução de 1,91%.

Os colaboradores estão distribuídos regionalmente, sendo 494 em Campo Grande, 132 na região sul, 113 na região norte do Estado.

Quanto à escolaridade dos colaboradores, 78 possuem o ensino fundamental, 402 o ensino médio, 219 são graduados no 3º grau e 40 apresentam pós-graduação e mestrado.



Programa de Benefícios

A Enersul oferece um amplo programa de benefícios aos seus colaboradores, como: previdência privada, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, auxílio alimentação e auxílio refeição, auxílio medicamentos, seguro de vida e auxílio funeral, serviços de atendimento médico móvel 24 horas, em caso de urgência/emergência, auxílio creche, material escolar - convênio, incentivo à educação formal e pós-graduação, auxílio dependente especial, ajuda de custo por transferência, transporte, complementação salarial nos casos de afastamentos por doença ou acidente do trabalho e participação nos resultados.

Capacitação e desenvolvimento

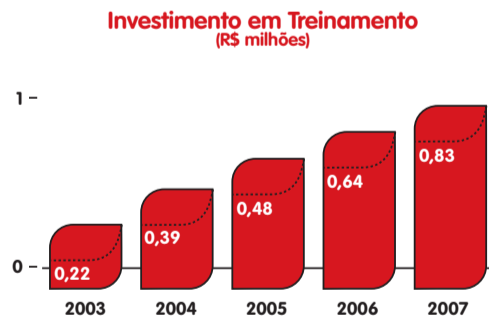
O plano de capacitação e desenvolvimento da Enersul está segmentado em programas:

- i) de treinamento funcional em que é disponibilizado um portfólio de cursos para as diversas áreas de conhecimento da Companhia, com o objetivo de suprir as necessidades de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores detectadas nas avaliações de desempenho e novas demandas;
- ii) de desenvolvimento gerencial para as lideranças, onde a partir da identificação do perfil de cada líder, busca-se desenvolvê-las visando alinhá-las às competências requeridas pela Organização. Os programas são desenvolvidos em parceria com instituições de capacidade reconhecida internacionalmente; e
- iii) de incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da Enersul, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação.

Com o objetivo de possibilitar aos colaboradores o melhor desempenho em suas ocupações, a Enersul promoveu 378 eventos de treinamento e desenvolvimento, dos quais 57 foram de fontes externas. Os eventos totalizaram 4.360 participações com duração de 44.954 horas ou 60,83 horas de treinamento por colaborador.

Com o Programa Incentivo à Educação Formal, a Enersul patrocinou, em 2007, bolsas de estudos a 61 colaboradores para o nível de graduação e técnico e a 14 colaboradores para MBA/Pós Graduação.

Para as bolsas graduação de nível superior/ técnico, a Companhia patrocinou 50% dos custos e 80% para os cursos de MBA/Pós Graduação.



Saúde, Assistência e Medicina do trabalho

No ano de 2007 foram desenvolvidas 311 ações nas diversas atividades voltadas ao bem estar, saúde, desenvolvimento e segurança no trabalho aos colaboradores, terceiros, menores aprendizes e estagiários.

Foram realizadas ações como Palestras de Primeiros Socorros e Educativas, Campanha de Vacinação Antigrípica, Programa de Controle da Obesidade para colaboradores que atuam em área de risco, Blitz da Pressão Alta, Ginástica Laboral, Quick Massage, Palestra de Combate às Drogas e Censo Ergonômico, que contribuíram para preservação e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores. As ações contemplaram 1.890 atendimentos/participações.

Outra importante medida adotada pela Enersul foi a aquisição de novos mobiliários que atendessem aos conceitos de ergonomia.

Segurança para a comunidade, prestadores de serviços e colaboradores

A Enersul, como as demais empresas do grupo deu início em 2007 a implantação do Sistema de Gestão Integrada - SGI, que trará um ganho enorme nas questões de Segurança e Saúde Ocupacional, onde o sistema reforçará o compromisso de proteção da sua força de trabalho, clientes, consumidores e meio ambiente. Este sistema permitirá a unificação e a padronização de processos de acordo com as especificações reconhecidas internacionalmente, o que possibilitará a certificação da Companhia nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

Os trabalhos desenvolvidos em 2007 como nos anos anteriores são em prol de ações preventivas para promover a saúde dos seus colaboradores e prevenir ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho, como: Ginástica Laboral, *Quick Massage*, Dia da Alimentação Saudável, Vacinação Antigrípica e Senso Ergonômico.

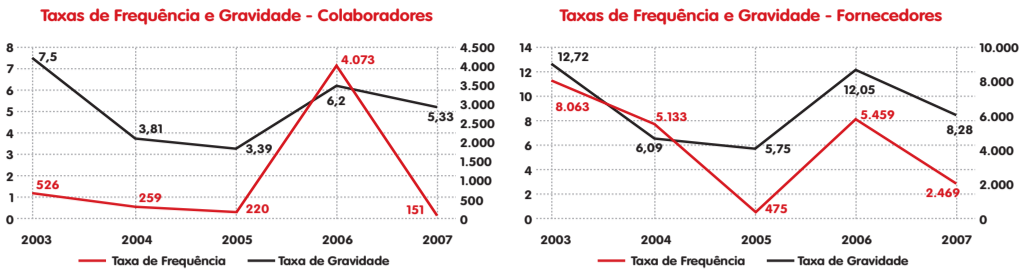
Para garantir a integridade de clientes, prestadores de serviços e colaboradores, foram realizadas inúmeras ações em 2007, como: diálogos de segurança com os colaboradores (87 em 2007); -2ª Jornada de Segurança Para Prestadores de Serviços nas Áreas de Riscos envolvendo a participação de 415 colaboradores das empreiteiras, onde foram enfatizadas informações primordiais e passos importantes nos trabalhos de desligamentos para a prevenção de acidentes.

O Disque Segurança, proporcionou uma ligação direta nos moldes do telefone 0800 entre técnicos de segurança do trabalho e colaboradores próprios e terceirizados, que receberam orientações e registraram situações de risco nas atividades, além de poderem fazer sugestões para melhoria dos procedimentos de trabalho. Em 2007 recebemos 14 demandas através deste meio que somaram nos trabalhos de prevenção.

Em 2007 foi implantado o projeto "Anjo da Guarda", onde o contato em tempo real do operador do Centro de Operação da Distribuição com as equipes em campo durante os desligamentos enfatiza e relembra para o cumprimento dos procedimentos básicos de segurança: Abrir, Testar, Aterrar e Sinalizar (ATAS) imprescindível para garantir a segurança dos eletricitistas em campo.

Outra medida adotada foi a Blitz de segurança junto às equipes de linha viva, plantão, técnico/comercial e de subestações, verificando in loco a aplicação dos procedimentos de segurança e utilização de equipamentos de proteção das atividades, além de implementar junto inspeções mecânicas obrigatórias com laudos oficiais dos equipamentos guindautos e cestas aéreas da Enersul e dos prestadores de serviço.

A Enersul deu continuidade ao Programa de Segurança para os Prestadores de Serviços, cuja principal medida foi acompanhar as condições de segurança dos equipamentos de proteção oferecidos pelas empreiteiras aos seus empregados. Além disso, eles puderam ter conhecimento e aplicar procedimentos operacionais nas atividades de campo. Considerando que a prevenção é um trabalho que requer constantes e insistentes ações, as inspeções de segurança foram intensificadas em 2007, resultando em um total de 1.431 inspeções, sendo este número 50% superior às inspeções realizadas em 2006.



SERVIÇOS GERAIS

Com o objetivo de possibilitar aos colaboradores o melhor desempenho em suas funções e condições funcionais, principalmente no que tange a ergonomia dos mobiliários, a Enersul substituiu 135 estações de trabalho da capital e interior (mesas, cadeiras, armários, gaveteiro, longarinas), com investimento de R\$ 499,6 mil.

No segundo semestre de 2007 deu-se início a construção do escritório da área técnica do município de Jardim. As instalações do prédio estão seguindo os padrões de eficiência energética ergonômica e sustentabilidade sendo implantados nesta edificação alguns sistemas construtivos que visam diminuir impactos ambientais como: telhas ecológicas; captação de água pluvial; instalação de biodigestor; aproveitamento de luz solar. Estas ações vão de encontro com a política de sustentabilidade do grupo Energias do Brasil em respeito ao meio ambiente.

Em 2007 foi implantado o **Sistema Direção Inteligente** em toda frota de veículos da Enersul. Este sistema consiste no monitoramento do perfil de condução dos veículos através de equipamentos embarcados no veículo. Os motoristas receberão relatórios detalhados de seu desempenho ao volante, podendo participar de ações de treinamento melhorando os índices de consumo de combustível e reduzindo os gastos com manutenção. No escopo deste Sistema, ainda foi realizada a aferição do nível de emissões de poluentes de toda a frota de veículos, alinhando toda a frota para os níveis definidos por regulamentações do INMETRO e CONAMA.

Houve um investimento da ordem de R\$ 2,7 milhões na renovação parcial da frota de veículos, sendo substituídos 38 veículos de diversos modelos, que já se encontravam na idade econômica de substituição, devido a alto custo de manutenção e baixa capacidade operacional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As questões afetas à sustentabilidade e a responsabilidade social empresarial são uma realidade no processo de gestão da Enersul que vem a cada ano aprimorando sua atuação; como pode ser verificado nos projetos abaixo descritos:

Responsabilidade Social

Em 2007 a Enersul desenvolveu uma nova metodologia de investimentos em projetos sociais em sua área de concessão, criou o **PISE - Programa de Investimento Social Externos**, um processo transparente e bem conduzido de Seleção Pública de Projetos. Este programa propiciou, além das melhorias internas no processo de investimento social, também um aprimoramento nos projetos apresentados pelas entidades concorrentes, pois exigiu uma maior profissionalização nas ações propostas, com metas, objetivos e resultados bem definidos. Foram beneficiadas 14 entidades; 3.700 pessoas, das quais 700 pessoas diretamente pelos projetos. O investimento foi de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Atuação integrada Cultura e Turismo na promoção, divulgação e consolidação da identidade cultural de Mato Grosso do Sul - apoio aos Festivais: **Festival de Inverno de Bonito** (Bonito-MS) e **Festival da América do Sul**; apoio a **Feira Internacional e 1º Salão de Turismo de MS** - Turismo sustentável; apoio ao **Resgate da história do Carnaval em Corumbá** - MS; apoio para a revitalização do patrimônio histórico cultural **1ª Usina de Geração de Energia** - Corumbá-MS- apoio à **Exposição Artística**, no aeroporto internacional de Campo Grande-MS, de artista plástico pantaneiro que retrata o Tema: Pantanal, bem como a aquisição de uma obra para o acervo da Companhia. Esta obra encontra-se exposta na Sala de vídeo conferências da Enersul, para visualização nacional e até internacional por ocasião de reuniões virtuais.

Na área cultural a Enersul investiu ainda no Fortalecimento da Cultura Sul - Mato-Grossense, valorizando os artistas de MS, através da 7ª Mostra de Dança - Santuário Ecológico do Pantanal em Corumbá/MS; e no apoio às apresentações da Orquestra Infante Juvenil da Fundação Barbosa Rodrigues e no patrocínio de peças teatrais que promoveram oficinas para artistas locais e fortaleceu a inclusão da capital do Estado no circuito de grandes espetáculos.

Na vertente educacional a Enersul implantou o Projeto **Letras de Luz** em parceria com escolas públicas municipais e estaduais de 9 (nove) municípios da área de concessão da Companhia. O Projeto visa estimular a leitura entre os jovens e adolescentes, através de ações que vão desde a realização de oficinas com professores até a doação de livros para o acervo das bibliotecas, passando por apresentações teatrais com textos literários. Em 2007 o projeto atendeu: 9 municípios; realizou 48 apresentações teatrais, distribuiu cerca de 2.500 livros e beneficiou uma platéia de aproximadamente 5.000 pessoas.

Em continuidade à parceria com o poder público, a Enersul apoiou programas de saúde preventiva como é o caso do **Combate à Dengue**.

Dentro da política de transparência da Companhia, foram realizadas diversas campanhas sobre: **Tarifa Social**; campanhas de conscientização sobre o **Uso Econômico e Seguro** da energia elétrica, instigando o consumo consciente e alertando sobre o risco de acidentes por choque elétrico; campanhas sobre a **Composição das Contas de Energia Elétrica** e a destinação dos recursos arrecadados.

A Enersul deu continuidade e inovou seus programas internos: Programa de Incentivo a Doação de Sangue - **DOE SANGUE**, com metas anuais de incremento de doadores de sangue, estabelecidas no Programa de Resultados da Empresa; o Programa de Voluntariado Empresarial e o Coral Enersul têm a participação dos Menores Aprendizes da Companhia como forma de estimular a participação deste público em sua composição, identificando talentos e reconhecendo a igualdade e o valor da diversidade.

Em 2007, no sentido de manter a tradição do espetáculo natalino, realizado nos anos anteriores com a Eletrobrás por meio do projeto Natal de Luz, a Enersul apoiou a prefeitura de Campo Grande na ornamentação e apresentação de corais, inclusive infantis, no centro da Capital do Mato Grosso do Sul.

Meio ambiente e Sustentabilidade

A Companhia divulga em palestras, reuniões e oficinas para colaboradores e comunidade o Guia de Arborização Urbana da Enersul e os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias do Brasil. O atendimento à legislação ambiental e os cuidados com o meio ambiente são evidenciados pela manutenção, pelo segundo ano consecutivo, da Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial -ISE Bovespa e por meio dos programas e ações abaixo:

Programa de Licenciamento Ambiental

A Enersul encerra o ano de 2007 com 123 Licenças de Operação. A Sede e o Almoarifado Central estão em fase de licenciamento. Para o acompanhamento do atendimento das condicionantes das licenças ambientais e controle de informações pertinentes, foi implantado o Sistema de Gestão do Programa de Licenciamento Ambiental.

Gestão de resíduos:

Os resíduos de equipamentos, componentes e materiais utilizados na distribuição de energia elétrica, são reaproveitados ou reciclados por meio de empresas parceiras que adquirem os resíduos. Cuidados especiais são tomados em relação aos transformadores, que necessitam de processo específico de "armazenagem e controle". Os isoladores em porcelana são reaproveitados na fabricação de tijolos e artefatos cerâmicos, empregados na construção de habitação popular. Os cabos de alumínio e ferragens são destinados para a fundição ou metalurgia.

Uma prática contínua é a revitalização de equipamentos, como disjuntores e transformadores de distribuição e força, que têm como meio isolante o óleo mineral, evitando-se o conseqüente descarte do próprio equipamento e do óleo isolante nele contido. As instalações da Companhia possuem um laboratório próprio para a regeneração de óleo isolante e monitoramento de suas propriedades físico-químicas. A continuidade da campanha "Sorria Vamos Reciclar" desenvolvida na Sede, para a coleta seletiva de lâmpadas, papéis, pilhas e baterias permitiu que 2.500 lâmpadas fossem destinadas para reciclagem. A renda obtida com a venda de cartuchos e toners, para empresa especializada em seu recondicionamento e reciclagem, será revertida para projetos sociais.

Construções verdes:

Com o objetivo de proporcionar maior conforto aos colaboradores e economizar energia, dois dos dezenove blocos da Sede já passaram por reformas. Os blocos, ecologicamente corretos, possuem cobertura com isolamento térmico e acústico, equipamentos "splits" para climatização que consomem menos energia, forro de lã mineral e luminárias refletivas de maior luminosidade.

Na cidade de Jardim foi construído um escritório obedecendo a um projeto inovador, que além de contar com as mesmas características dos blocos reformados da Sede, possui arquitetura que permite melhor utilização da luz solar, coleta e utilização de águas de chuvas.

Biodiversidade e paisagem:

O Convênio com a Associação de Municípios de Mato Grosso do Sul - Assomasul, realizado em 2005, tem o objetivo de estabelecer critérios para podas e plantio de mudas de diversas espécies indicadas no Guia de Arborização Urbana da Enersul. Até 2007 houve a adesão de 36 municípios.

Foi firmado Termo de Compromisso com o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, com a finalidade de criar procedimentos e aprimorar práticas para serviços de abertura de faixas de servidão das redes de distribuição de energia elétrica, nos casos em que houver interferência em vegetação em áreas de especial interesse ambiental, destacando-se as redes do Programa Luz para Todos. Também foram aprimorados os métodos para intervenções em Áreas de Preservação Permanente, nas atividades de manutenção.

Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS:

Em 2007 foi firmado Convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, para aquisição de medicamentos e alimentos para os animais do Centro de Recuperação de Animais Silvestres - CRAS, situado no Parque Estadual do Prosa, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. No CRAS são tratados os animais doados pela população, apreendidos pela Polícia Ambiental e vítimas de atropelamento.

Proteção do solo e das águas superficiais e subterrâneas:

Com a finalidade de minimizar danos no solo e nas águas superficiais e subterrâneas, as subestações são dotadas de sistemas de drenagem de óleo - bacias de captação e caixas separadoras água/óleo. Em 2007 os organismos ambientais fizeram novas solicitações em relação ao dimensionamento de tais sistemas, que passarão por adequações.

Educação Ambiental:

Na Semana do Meio Ambiente, são realizadas ações a fim de conscientizar a força de trabalho. Em 2007 as palestras versaram sobre o tema "A Enersul e os Princípios do Desenvolvimento Sustentável", atingindo centenas de colaboradores. As comemorações também tiveram como foco as alterações climáticas, levando à força de trabalho e familiares o documentário de Al Gore "Uma Verdade Inconveniente".

Em novembro foi realizado um workshop interno para gerentes e supervisores, com o intuito de divulgar o aprimoramento de procedimentos para nortear as intervenções em áreas especialmente protegidas.

Em 2006 foram construídos dois viveiros de mudas nas escolas das Aldeias Indígenas em Dourados e Dois Irmãos do Buriti e na seqüência, em 2007, foram construídos os Centros de Convivência Ambiental para apoiar ações de educação ambiental.

A Enersul e a Escola Estadual Waldemir Barros da Silva, desenvolveram o Projeto Jovem Multiplicador com o tema "Árvores e Clima Tudo a Ver", a fim de capacitar alunos para atuarem como multiplicadores ambientais, utilizando o Guia de Arborização Urbana como material pedagógico.

Em parceria com o Município de Campo Grande em setembro foi realizada Campanha sobre arborização. Foram veiculados na mídia três filmes educativos, utilizando o Guia de Arborização Urbana da Enersul, imagens da cidade de Campo Grande, de jovens e crianças, com o principal objetivo de sensibilizar as gerações futuras em relação ao tema.

CERTIFICAÇÃO

O Centro de Operação do Sistema - COS da Enersul obteve em dezembro de 2007, o primeiro certificado da norma ISO 9001:2000 para as atividades de Coleta de Dados e Apuração de Indicadores de Continuidade Coletiva e Individuais, de acordo com a Resolução 24 da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Esta é a primeira vez, dentro do grupo no Brasil, que um processo de gestão de qualidade é certificado pela Norma ISO 9001:2000. Com isto também é garantido o cumprimento do 5º parágrafo da Resolução 24, o qual todas as concessionárias devem possuir a certificação com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (*International Organization for Standardization*) ISO 9000. O certificador *Bureau Veritas*, recomendou a acreditação aos organismos INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao internacional ANAB (*ANSI-ASQ National Accreditation Board*).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reconhecimentos Externos

Em 2007, a Enersul obteve diversas certificações de reconhecimento público, devido ao impacto positivo de suas ações nas comunidades onde atua:

- A Enersul foi eleita, pela nona vez consecutiva, como a Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste, pela revista Eletricidade Moderna, uma publicação de referência para o setor. É um prêmio disputado por todas as concessionárias da região e que reconhece o esforço das equipes de trabalho em obter os melhores resultados nos itens de controle técnico e de rapidez no atendimento comercial;
- Na avaliação do prêmio Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Enersul foi reconhecida pela quinta vez como a Melhor Empresa da Região Centro Oeste na categoria empresas de distribuição de energia elétrica com mais de 400 mil clientes consolidando-se entre as empresas com maior número de prêmios recebidos;
- Em razão das ações de cidadania relativas ao combate ao trabalho infantil, promoção da educação, saúde e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, a Enersul foi reconhecida e certificada, pelo quarto ano consecutivo, como Empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq. É uma certificação que reconhece a preocupação da Companhia em cumprir o seu papel social e participar do desenvolvimento das gerações futuras;
- Nas ações de caráter ambiental, a Enersul conquistou pela segunda vez o título *Top of Quality* Ambiental, da OPB - Ordem dos Parlamentares do Brasil, por entender essa entidade que as práticas da Companhia se encontram em consonância com a legislação ambiental e que promovem políticas de conscientização na sociedade, com destaque para os Princípios do Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias do Brasil e para as ações de MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no âmbito do Protocolo de Kyoto;

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2007

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais) (*)		
Receita Líquida (RL)	693.237			745.059		
Resultado Operacional (RO)	(83.820)			33.608		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	73.950			81.003		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.738	6,41%	0,68%	3.740	4,62%	0,50%
Encargos Sociais Compulsórios	25.510	34,50%	3,68%	22.699	28,02%	3,05%
Previdência Privada	1.978	2,67%	0,29%	1.726	2,13%	0,23%
Saúde	5.178	7,00%	0,75%	3.341	4,12%	0,45%
Segurança e Saúde no Trabalho	59	0,08%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento						
Profissional	798	1,08%	0,12%	699	0,86%	0,09%
Creches ou Auxílio-Creche	43	0,06%	0,01%	44	0,05%	0,01%
Participação nos Lucros ou Resultados	3.068	4,15%	0,44%	3.278	4,05%	0,44%
Programa de Desligamento						
Voluntário - PDV	(1.486)	-2,01%	-0,21%	8.894	10,98%	1,19%
Outros	1.241	1,68%	0,18%	1.100	1,35%	0,15%
Total - Indicadores Sociais Internos	41.127	55,61%	5,93%	45.521	56,20%	6,11%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	793	-0,95%	0,11%	218	0,65%	0,03%
Cultura	344	-0,41%	0,05%	440	1,31%	0,06%
Saúde e Saneamento	47	-0,06%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Esporte	55	-0,07%	0,01%	30	0,09%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	110	0,33%	0,00%
Outros	29	-0,03%	0,00%	91	0,27%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	1.268	-1,51%	0,18%	790	2,35%	0,11%
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	393.688	-469,68%	56,79%	430.626	1.281,32%	57,80%
Total - Indicadores Sociais Externos	394.956	-471,19%	56,97%	431.416	1.283,67%	57,90%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da empresa	3.855	4,60%	0,56%	5.257	15,64%	0,71%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	3.855	4,60%	0,56%	5.257	15,64%	0,71%
Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa	() não possui metas de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas (X) cumpre de 0 a 50%	() não possui metas (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007	2006				
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	739	732				
Nº de Admissões Durante o Período	56	11				
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	1.521	1364				
Nº de Estagiários(as)	44	25				
Nº de Empregados(as) Acima de 45 Anos	308	334				
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	154	151				
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	31,00%	27,59%				
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa (**)	189	19				
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as) (**)	3,00%	0,00%				
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	34	36				

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades	5	28.253	12.034
Títulos a receber	6	9.808	9.183
Consumidores e concessionárias	7	202.254	247.650
Impostos e contribuições sociais	10	65.569	45.306
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	45.100	47.339
Estoques		2.912	2.369
Cauções e depósitos vinculados	13	52	428
Despesas pagas antecipadamente	8	32.937	105.761
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	9	42.605	34.069
Outros créditos	14	<u>50.325</u>	<u>19.704</u>
		<u>479.815</u>	<u>523.843</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos a receber	6	16.869	22.817
Consumidores e concessionárias	7	11.730	10.413
Impostos e contribuições sociais	10	19.442	21.957
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	229.148	215.379
Partes relacionadas	12	687	17.816
Cauções e depósitos vinculados	13	82.726	77.084
Despesas pagas antecipadamente	8	12.698	13.733
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	9	21.934	53.178
Outros créditos	14	<u>9.526</u>	<u></u>
		<u>404.760</u>	<u>432.377</u>
Permanente			
Imobilizado tangível	15	788.335	757.193
Imobilizado intangível	15	<u>47.684</u>	<u>33.023</u>
		<u>836.019</u>	<u>790.216</u>
Total do ativo		<u>1.720.594</u>	<u>1.746.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Com o desenvolvimento do "Despacho Móvel", que usa utiliza transmissão de dados via rádio para otimizar o deslocamento de viaturas recebeu prêmio outorgado pela Confederação Nacional da Indústria a projetos que apresentam avanço tecnológico; e
- Foi Certificada com Medalha de Prata pelo MS Competitivo, organismo ligado ao MBC - Movimento Brasileiro pela Competitividade, pela avaliação de sua gestão e cooperação para o desenvolvimento da setor econômico e empresarial do Estado.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Enersul informa que os únicos serviços prestados no exercício de 2007 pelos auditores independentes foram os relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Enersul registra agradecimentos à sua acionista e aos membros do Conselho de Administração pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos rotineiros e não rotineiros que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Enersul.

6 - Informações Relevantantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
	2007	Metas 2008				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,70	29,70				
Número Total de Acidentes de Trabalho	7	0				
Os Projetos Sociais e Ambientais						
Desenvolvidos pela Empresa	() direção	(X) direção	() todos(as)	() direção	(X) direção e	() todos(as)
foram Definidos por:	e gerências	empregados(as)		gerências	empregados(as)	
Os padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram Definidos por:						
	(X) direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a empresa:						
	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar a OIT e seguirá a OIT
A Previdência Privada Contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados Contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:						
	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos

Quanto à Participação dos Empregados (as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:						
	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivar
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):						
	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	174.583	1.890	834	150.000	1.890	917
% de Reclamações e Críticas Solucionadas:						
	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	100%	1.860	15,12%	100%	100%	20%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):						
	Em 2007:	461.254		Em 2006:	652.720	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
	87,92% governo	11,72% colaboradores(as)	67,46% governo	10,20% colaboradores(as)		
	0% acionistas	12,95% terceiros	4,41% acionistas	14,62% terceiros		
	-12,59% retido		3,31% retido			

7 - Outras Informações

(*) Ano de 2006 reclassificado.
 (**) Em 2007 foi computado o número de negros e pardos que trabalham na Companhia Não auditado.

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	16	85.846	112.903
Encargos de dívidas	18	1.819	2.129
Impostos e contribuições sociais	10	20.896	53.534
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	6.817	31.902
Dividendos		21	24.503
Debêntures	17	5.639	6.725
Empréstimos e financiamentos	18	48.218	84.304
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	9	10.511	5.522
Devolução tarifária	20	137.354	
Obrigações estimadas com pessoal	21	11.982	14.961
Encargos regulamentares e setoriais	22	23.976	30.025
Outras contas a pagar	14	<u>23.138</u>	<u>14.400</u>
		<u>376.217</u>	<u>380.908</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores	16		9.140
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	19.812	15.744
Debêntures	17	337.500	337.500
Empréstimos e financiamentos	18	167.015	203.748
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	9	1.031	1.224
Devolução tarifária	20	45.785	
Partes relacionadas	12	7.671	6.282
Provisões para contingências	23	90.960	72.949
Outras contas a pagar	14	<u>2.087</u>	<u>2.160</u>
		<u>671.861</u>	<u>648.747</u>
Patrimônio líquido	24		
Capital social		463.412	463.412
Reservas de capital		118.594	118.594
Reservas de lucros		<u>90.510</u>	<u>134.775</u>
		<u>672.516</u>	<u>716.781</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.720.594</u>	<u>1.746.436</u>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2007	2006
Receita operacional			
Disponibilização do sistema de distribuição		878.647	847.988
Fornecimento de energia elétrica		184.049	294.653
Suprimento de energia elétrica			44
Outras receitas operacionais		18.047	16.396
		<u>1.080.743</u>	<u>1.159.081</u>
Dedução da receita operacional			
Quota para reserva global de reversão		(13.245)	(15.050)
Subvenção - CCC e CDE		(56.759)	(67.269)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência Energética		(8.099)	(11.265)
Encargo de capacidade emergencial		2	(94)
Impostos e contribuições sobre a receita		(309.405)	(320.344)
		<u>(387.506)</u>	<u>(414.022)</u>
Receita operacional líquida	25	<u>693.237</u>	<u>745.059</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(378.284)	(296.782)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(66.692)	(74.769)
	26	<u>(444.976)</u>	<u>(371.551)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(42.968)	(48.200)
Materiais e serviços de terceiros		(79.983)	(48.161)
Depreciações e amortizações		(55.689)	(53.932)
Outros custos de operação		(6.622)	(6.838)
	26	<u>(185.262)</u>	<u>(157.131)</u>
		<u>(630.238)</u>	<u>(528.682)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	26	<u>(643)</u>	<u>(1.633)</u>
Lucro operacional bruto		<u>62.356</u>	<u>214.744</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(33.633)	(35.022)
Despesas gerais e administrativas		(51.479)	(45.854)
Depreciações e amortizações		(13.232)	(13.119)
Outras despesas operacionais		(22.931)	(12.945)
	26	<u>(121.275)</u>	<u>(106.940)</u>
Resultado do serviço		<u>(58.919)</u>	<u>107.804</u>
Receitas financeiras		39.836	56.415
Despesas financeiras		(64.737)	(130.611)
Resultado financeiro	27	<u>(24.901)</u>	<u>(74.196)</u>
(Prejuízo) lucro operacional		<u>(83.820)</u>	<u>33.608</u>
Receitas não operacionais		2.137	4.207
Despesas não operacionais		(5.120)	(1.723)
Resultado não operacional		<u>(2.983)</u>	<u>2.484</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(86.803)</u>	<u>36.092</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(595)	(15.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.342	1.172
	29	<u>28.747</u>	<u>(14.535)</u>
(Prejuízo) lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>(58.056)</u>	<u>21.557</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio			28.803
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u>(58.056)</u>	<u>50.360</u>
(Prejuízo) lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>(1,09)</u>	<u>0,95</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Origens de recursos		
Das operações		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(58.056)	50.360
Ajuste de exercícios anteriores		(5.341)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Consumidores e Concessionárias	(2.846)	(4.223)
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - Atualização monetária	1.175	(8.381)
Fornecedores - Energia livre	1.834	4.381
Depreciações e amortizações	68.921	67.051
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	5.367	3.556
Devolução tarifária	183.139	
Impostos e contribuições sociais diferidos	(29.342)	(1.172)
Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo	(3.597)	3.374
Provisões para contingências	20.531	6.247
Outros	(687)	(4.159)
	<u>186.439</u>	<u>111.693</u>
De terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.256	445.575
Transferência do ativo não circulante para o circulante	54.864	106.299
Transferência do passivo circulante para o não circulante	23.575	29.648
	<u>104.695</u>	<u>581.522</u>
De acionistas e das partes relacionadas		
Reversão de dividendos	13.791	107.225
Partes relacionadas	18.518	5.499
	<u>32.309</u>	<u>112.724</u>
Total das origens	<u>323.443</u>	<u>805.939</u>
Aplicações de recursos		
No ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	6.763	7.997
Despesas pagas antecipadamente		1.916
Impostos e contribuições sociais compensáveis	1.045	15.314
Transferência do ativo circulante para o não circulante	1.727	16.905
No permanente		
Imobilizado tangível e intangível	179.713	195.608
Obrigações vinculadas à concessão	(63.121)	(36.308)
Passivo não circulante transferido para o circulante	236.653	247.367
Dividendos		28.803
	<u>362.780</u>	<u>477.602</u>
(Redução) aumento no capital circulante líquido	<u>(39.337)</u>	<u>328.337</u>
Variação no capital circulante		
Ativo circulante		
No final do exercício	479.815	523.843
No início do exercício	523.843	489.028
	<u>(44.028)</u>	<u>34.815</u>
Passivo circulante		
No final do exercício	376.217	380.908
No início do exercício	380.908	674.430
	<u>(4.691)</u>	<u>(293.522)</u>
(Redução) aumento no capital circulante líquido	<u>(39.337)</u>	<u>328.337</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2006		463.412	118.594	11.334		593.340
Ajuste de exercícios anteriores					(5.341)	(5.341)
Reversão de dividendos (AGE de 22/12/2006)				107.225		107.225
Lucro líquido do exercício					50.360	50.360
Destinação do lucro:						
Reserva legal				2.251	(2.251)	
Dividendos					(28.803)	(28.803)
Reserva de retenção de lucros				13.965	(13.965)	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	24	<u>463.412</u>	<u>118.594</u>	<u>134.775</u>	-	<u>716.781</u>
Reversão de dividendos (AGE de 27/12/2007)				13.791		13.791
Prejuízo líquido do exercício				(58.056)		(58.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	24	<u>463.412</u>	<u>118.594</u>	<u>90.510</u>	-	<u>672.516</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(58.056)	50.360
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	30.109	(3.987)
Impostos e contribuições sociais diferidos, líquidos	(29.342)	(1.172)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1.197)	(4.341)
Depreciações e amortizações	68.921	67.051
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	5.367	3.556
Despesas pagas antecipadamente	(7.681)	(10.974)
Fornecedores	(4.457)	11.441
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas	61.104	90.230
Obrigações estimadas - provisão		3.058
Encargos regulamentares e setoriais	(2.280)	8.657
Provisões para contingências	20.531	6.247
Diferimento tarifário	(102.170)	(104.104)
Devolução tarifária	183.139	
Outras	144	
	<u>164.132</u>	<u>116.022</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	169.837	162.932
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(17.748)	(26.529)
Estoques	(543)	(1.256)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	(4.069)	(8.336)
Despesas pagas antecipadamente	55.091	26.643
Outros créditos	(38.304)	(2.900)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(31.740)	1.842
Impostos e contribuições sociais correntes	(32.638)	14.321
Impostos e contribuições sociais diferidos	(3.205)	(2.618)
Obrigações estimadas	1	(1.088)
Outras obrigações	(511)	(3.826)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>260.303</u>	<u>275.207</u>
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(179.713)	(195.608)
Obrigações vinculadas à concessão	63.121	30.967
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(116.592)</u>	<u>(164.641)</u>
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	18.518	(7.904)
Dividendos pagos	(10.691)	(34.000)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos	67.553	624.117
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas pagos	(202.872)	(696.962)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(127.492)</u>	<u>(114.749)</u>
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>16.219</u>	<u>(4.183)</u>
Disponibilidades no final do período	28.253	12.034
Disponibilidades no início do período	12.034	16.217
	<u>16.219</u>	<u>(4.183)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Geração do valor adicionado	1.082.738	1.151.521
Receita operacional	1.080.743	1.159.081
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.364)	(11.216)
Créditos fiscais diferidos	29.342	1.172
Não operacional	(2.983)	2.484
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(592.423)</u>	<u>(488.165)</u>
Custos da energia comprada	(378.284)	(296.782)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(66.692)	(74.769)
Material	(13.801)	(11.448)
Serviços de terceiros	(99.346)	(76.862)
Outros custos operacionais	(34.300)	(28.304)
Valor adicionado bruto	<u>490.315</u>	<u>663.356</u>
Depreciações e amortizações	(68.921)	(67.051)
Valor adicionado líquido gerado	<u>421.394</u>	<u>596.305</u>
Receitas financeiras	39.860	56.415
Valor adicionado total a distribuir	<u>461.254</u>	<u>652.720</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	51.311	57.509
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	2.769	9.098
Impostos, taxas e contribuições	405.517	440.312
Despesas financeiras	59.176	95.073
Aluguéis	537	368
Dividendos propostos		28.803
	<u>519.310</u>	<u>631.163</u>
(Prejuízo) lucro do exercício após dividendos	(58.056)	21.557
	<u>461.254</u>	<u>652.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até dezembro de 2027 e atua em 73 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que dentro dos 328.316 km² da área de concessão, a Companhia atende a 92% da área total do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 25 de fevereiro de 2008, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Despesa operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados em 2006.

A partir de 2007, a Companhia passou a apresentar no balanço patrimonial as rubricas de Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" segregadas no ativo e passivo, que anteriormente eram consideradas de forma líquida na rubrica Despesas pagas antecipadamente, efetuando-se então a respectiva reclassificação para os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e instruções complementares contidas no Ofício Circular 2409, de 14 de novembro de 2007 e Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, a Companhia está reclassificando, com efeitos retroativos a 2006, a parcela faturada aos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição, anteriormente apresentada nas Demonstrações de Resultados dos exercícios integralmente no grupo Fornecimento de energia elétrica e a partir deste exercício, passou a ser apresentada no grupo Disponibilização do sistema de distribuição, utilizando como base para segregação dos valores a proporção de uso do sistema de distribuição constante da tarifa média anual do respectivo período tarifário da Companhia. Os valores segregados de uso do sistema de distribuição faturados aos clientes livres e aos clientes cativos estão sendo apresentados na Nota 25.

Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia está apresentando, como informação complementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

A Companhia está apresentando, nos moldes do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e resolução CFC nº 1010/05, as Demonstrações do Valor Adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Títulos a receber (Nota 6)

Estão registrados ao custo e, por conservadorismo contábil, as respectivas remunerações contratadas somente são reconhecidas quando recebidas. Os títulos a receber são representados por Contratos Particulares de Cessão de Créditos, correspondentes a precatórios recebidos de diversas Prefeituras Municipais de Mato Grosso do Sul.

c) Consumidores e concessionárias incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 7);

(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7.1);

(iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de Receita e Energia Livre (Nota 7); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

d) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados ao Ativo imobilizado, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.

e) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 9)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

f) Imobilizado tangível e intangível (Nota 15)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAAE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) até o ano de 2003.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com o Ofício circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passarão a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (abril de 2008) por taxa a ser definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 16)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica, encargos de uso da rede elétrica e o saldo de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica.

i) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 17 e 18)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de *hedge*, incorridos até a data do balanço.

j) Provisões para contingências (Nota 23)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 10, 11 e 29)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

m) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2007.

n) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

o) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

p) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para perdas - perda de receita e energia livre;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

q) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Consumidores e concessionárias (Nota 7)				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita		26.018		
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre	1.196	14.222		
Programa luz para todos	2.331			
PIS e COFINS das geradoras	93	310		
Outros ativos regulatórios	2.896	1.794	1.988	671
Outros créditos				
Perda de receita - baixa renda	14.985	3.409		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 8)				
PIS e COFINS - majoração de alíquota	954	9.435	1.385	12.359
Forn. não faturado - diferimento tarifário	31.136	95.467	10.379	
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 9)				
Parcela "A"	34.643	12.442	21.615	48.379
CVA - ativa	7.962	21.627	319	4.799
Total de ativos regulatórios	96.196	184.724	35.686	66.208
Fornecedores (Nota 16)				
Energia livre	(7.448)	(14.039)		(9.140)
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 9)				
CVA - passiva	(10.511)	(5.522)	(1.031)	(1.224)
Devolução tarifária				
Devolução tarifária - BRR 2003 (Nota 20)	(137.354)		(45.785)	
Outras contas a pagar				
Outros passivos regulatórios	(438)	(675)		
Total de passivos regulatórios	(155.751)	(20.236)	(46.816)	(10.364)
Total ativos (-) passivos regulatórios	(59.555)	164.488	(11.130)	55.844

4.1 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perdas de receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 18 de fevereiro de 2002 (Nota 18).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$35.073 o montante de Energia livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 4.1.1), alterou para 73 meses o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

4.1.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de receita e Energia livre

A composição da RTE no ativo é a seguinte:

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Baixa para perda	Saldo a amortizar	
						31/12/2007	31/12/2006
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	86.761	66.347	(153.108)		-	26.018
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	35.073	25.430	(55.207)	(4.100)	1.196	14.222

O saldo de RTE correspondente à Perda de receita, cujo prazo de amortização estava estabelecido para findar em 31 de janeiro de 2008, foi integralmente amortizado de forma antecipada no mês de agosto de 2007 e, como consequência dessa antecipação, iniciou-se em setembro de 2007 a amortização da RTE correspondente a Parcela "A" formada no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Os valores relativos à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização Monetária:

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e os Ofícios Circulares ANEEL nº 2212, de 20 de dezembro de 2005 e nº 74 de 23 de janeiro de 2006, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício foi contabilizado para Perda de receita o montante de despesa de R\$1.042 (R\$5.361 de receita em 2006) e, para Energia livre o montante de despesa de R\$2.125 (R\$7.111 de receita em 2006), ambos registrados em contrapartida do resultado no grupo de Receitas financeiras. Para Energia livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica Fornecedores em contrapartida do resultado no grupo de Despesas financeiras, em função do repasse às geradoras. A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Baixa para perda	Saldo a repassar	
						31/12/2007	31/12/2006
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	35.073	26.382	(49.907)	(4.100)	7.448	23.179

Para o mesmo montante de Energia livre, registrado no exercício de 2001, foi registrada uma obrigação no Passivo circulante e Não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

Repasse de Energia Livre - Definição e padronização da metodologia de cálculo e repasse:

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2003, de 26 de setembro de 2007, e com esclarecimentos complementares manifestados através da nota Técnica nº 392, de 13 de novembro de 2007, alterou a forma de apuração dos valores de repasse e de amortização do saldo de energia livre em substituição às determinações contidas no Ofício Circular SFF/ANEEL nº 560, de 10 de abril de 2006, com efeitos retroativos ao início dos repasses desde fevereiro de 2003.

Dentre as principais alterações, destacam-se a padronização e definição das deduções dos tributos e encargos, com o reconhecimento da existência de duas formas de tributação de PIS e COFINS, determinando a dedução de 3,65% para as concessionárias que recolheram os tributos na época do registro contábil da receita correspondente ao montante homologado e outra para as distribuidoras que optaram pelo diferimento nos termos do Parecer COSIT nº 26, situação essa em que se enquadrava a companhia, com a aplicação das alíquotas vigentes no momento do efetivo faturamento. Em decorrência do recálculo, embasado nas definições dessa metodologia, foi apurado um ajuste no saldo a repassar às geradoras no montante de R\$1.126, parcialmente liquidados no mês de janeiro de 2008.

Em função dos recálculos dos saldos ativos e passivos de energia livre foi registrado no exercício de 2007, um impacto positivo de R\$6.246, sendo R\$3.006, reconhecido no grupo de lucro operacional bruto e R\$3.240, no resultado financeiro, antes dos efeitos dos impostos sobre o resultado.

4.2 - Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) de 4 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza. Para fins de divulgação no balanço patrimonial, os saldos estão apresentados na rubrica Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 9).

4.2.1 - Composição da variação de itens da parcela "A" homologado pela ANEEL

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2007	31/12/2006
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 001/04	25.202	42.702	(11.646)	56.258	60.821

Atualização monetária:
O montante homologado está atualizado nos termos definidos no Ofício Circular ANEEL, nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e, no exercício, foi contabilizado o montante de R\$7.083 (R\$7.968 em 2006) registrado em contrapartida do resultado no grupo de Receitas financeiras.

5 - Disponibilidades

	31/12/2007	31/12/2006
Bancos conta movimento	15.271	9.223
Aplicações financeiras - renda fixa	12.982	2.811
Total	28.253	12.034

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 - Títulos a receber - circulante e não circulante

A Companhia possui contratos particulares de cessão de créditos, correspondentes a precatórios, emitidos pelo Estado do Mato Grosso do Sul, recebidos de diversas Prefeituras Municipais, para liquidação de contas de energia elétrica vencidas e a vencer, sendo que o correspondente valor a incorrer está apresentado no passivo circulante e não circulante, na rubrica Outras contas a pagar, conforme demonstrado a seguir:

	Valor contábil	
	31/12/2007	31/12/2006
Ativo circulante	10.624	10.018
PCLD	(816)	(835)
Saldo líquido de PCLD	9.808	9.183
Passivo circulante	(15)	(825)
Ativo circulante líquido	9.793	8.358
Ativo não circulante	16.869	22.817
	26.662	31.175

7 - Consumidores e concessionárias

	Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	Saldo líquido em	
	Saldos vincendos	90 dias	90 dias	Total		31/12/2007	31/12/2006
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	20.236	22.089	20.712	63.037	(20.711)	42.326	48.397
Industrial	5.488	4.743	9.041	19.272	(6.837)	12.435	11.783
Comércio, serviços e outras atividades	9.383	9.892	30.078	49.353	(28.169)	21.184	23.553
Rural	1.496	5.614	3.900	11.010		8.856	8.294
Poder público							
Federal	1.585	447	3.317	5.349	(1.833)	3.516	3.839
Estadual	2.528	2.253	4.101	8.882	(3.044)	5.838	6.584
Municipal	3.341	2.322	1.201	6.864	(2.353)	4.511	6.014
Iluminação pública	3.942	1.721	910	6.573	(191)	6.382	6.313
Serviço público	1.470	272	309	2.051	(29)	2.022	5.260
Fornecimento não faturado	51.171			51.171		51.171	53.060
Parcelamentos de débitos	29.340		14.711	44.051	(14.711)	29.340	21.929
Outros créditos	5.661			5.661		5.661	6.123
Ativo regulatório							
Perdas de receita							26.018
Energia livre	1.196			1.196		1.196	14.222
Outros ativos regulatórios	5.227			5.227		5.227	1.794
	142.064	49.353	88.280	279.697	(80.032)	199.665	243.183
Concessionárias							
Suprimento - convencional	44			44		44	44
Energia de curto prazo	2			2		2	2.248
PIS e COFINS das geradoras	93			93		93	310
Encargos de uso da rede elétrica	2.077			2.077		2.077	1.865
Outros	373			373		373	
	2.589			2.589		2.589	4.467
	144.653	49.353	88.280	282.286	(80.032)	202.254	247.650
Total do circulante							
Não circulante							
Consumidores							
Outros créditos	7.247			7.247		7.247	7.247
Ativo regulatório							
Outros ativos regulatórios	1.988			1.988		1.988	671
	9.235			9.235		9.235	7.918
Concessionárias							
Energia de curto prazo	2.495			2.495		2.495	2.495
Total do não circulante	11.730			11.730		11.730	10.413

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7.1 - Energia de curto prazo

	Ativo		Passivo	
	Venda	Compra	Encargos de serviços de sistema	
Saldo em 31/12/2006	4.743	1.492	141	
Acréscimo	9.958	16.167	572	
Liquidações	(12.204)	(11.617)	(713)	
Saldo em 31/12/2007	2.497	6.042	-	

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

8 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
PIS e COFINS - majoração de alíquota	954	9.435	1.385	12.359
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário	31.136	95.467	10.379	
Outros	847	859	934	1.374
Total	32.937	105.761	12.698	13.733

8.1 - PIS e COFINS - Majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

8.2 - Fornecimento não faturado - diferimento tarifário

Em decorrência da primeira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, em 8 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 42,26%, dos quais 32,59% foram aplicados sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003, ficando a diferença para ser recuperada em quatro parcelas de R\$55.253, nos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 43,59% e redistribuiu o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$28.389 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual novamente, agora em caráter definitivo, para 50,81% redistribuindo o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$46.601 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Entretanto, no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007, a ANEEL realizou novo diferimento da última parcela original do reposicionamento tarifário de 2003, para aplicação na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

Como consequência do Termo de Notificação nº 119/2007 e determinações da ANEEL, mencionada na nota 20, o reposicionamento tarifário da Companhia de 2003 foi fixado em 43,23% e o valor de cada parcela foi reduzido para R\$27.288. A Administração da Companhia acredita que o saldo da última parcela, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2007 no valor de R\$41.515, deverá ser realizado pela inclusão nas contas de energia elétrica até o final do próximo ciclo tarifário, a vigorar até 7 de abril de 2009.

No exercício, foi apropriado o montante de R\$102.170 (R\$104.104 em 2006) e amortizado o montante de R\$156.122 (R\$156.525 em 2006).

8.3 - Outros

Refere-se, principalmente, aos gastos com emissão de debêntures e outras operações financeiras, cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

9 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

Período	Ativo				Passivo			
	Circulante 31/12/2007	Circulante 31/12/2006	Não circulante 31/12/2007	Não circulante 31/12/2006	Circulante 31/12/2007	Circulante 31/12/2006	Não circulante 31/12/2007	Não circulante 31/12/2006
De 01/01/01								
a 25/10/01	34.643	12.442	21.615	48.379				
De 08/03/02					172	1.129		
a 07/03/03	680	4.465						
De 08/03/04							13	
a 07/03/05		129						
De 08/03/05								708
a 07/03/06		2.637						
De 08/03/06								
a 07/03/07	6.963	14.396		4.799	2.266	3.672		1.224
De 08/03/07								
a 31/12/07	319		319		8.073		1.031	
Total	42.605	34.069	21.934	53.178	10.511	5.522	1.031	1.224

9.1 - De 01/01/01 a 25/10/01 - valores correspondentes aos itens da parcela "A" inseridos no contexto do Acordo Geral do Setor Elétrico, como mencionado na nota 4.1.

9.2 - De 08/03/02 a 31/12/07 - os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$1.075 (R\$2.096 em 2006) em contrapartida ao resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$15.729 (R\$14.565 em 2006).

10 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27.341	19.749		
ICMS	11.678	11.059	19.305	21.820
PIS e COFINS	14.672	5.641	137	137
Outros	11.878	8.857		
Total	65.569	45.306	19.442	21.957
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social - correntes		15.707		
ICMS	18.285	19.151		
PIS e COFINS		10.662		
IRRF de juros sobre o capital próprio		4.320		
Outros	2.611	3.694		
Total	20.896	53.534		

11 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

11.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
IR sobre prejuízos fiscais	6.857	8.905	98.016	86.419
CSLL sobre base negativa	3.508	4.329	26.703	22.445
IR e CSLL sobre demais adições temporárias	27.543	27.543	12.944	7.840
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	7.192	6.562	91.485	98.675
Total	45.100	47.339	229.148	215.379

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	Total
55.474	62.292	30.358	24.890	21.752	34.382	229.148

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2007, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2008. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

11.1.1 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$4.933 até o ano de 2027.

11.1.2 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao Ágio, mencionado na nota 11.1.1, será realizado financeiramente até 2027, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

11.2 - Passivo

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes, basicamente, da variação cambial ativa de empréstimos e financiamentos (Nota 18), reconhecida contabilmente pelo regime de competência, a qual é excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, pois será tributada quando da efetiva realização.

	31/12/2007	31/12/2006
Imposto de renda	17.641	30.741
Contribuição social	6.351	11.066
PIS	469	1.044
COFINS	2.168	4.795
	26.629	47.646
Passivo circulante	6.817	31.902
Não circulante	19.812	15.744

12 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Outros créditos						
Costa Rica	134				1.226	
	134				1.226	
Partes relacionadas						
Escelsa	137	562	399	2.926		
Enertrade	10					
EDP - Energias do Brasil	41	1	267	2.871	(107)	(2.932)
Bandeirante	204		556	465		
Energest	14			20		
Pantanal	24	12.332			1.523	1.696
Costa Rica	256	83				1.066
Escelsapar			121		(795)	(966)
CESA		4.838	6.328		346	672
Outras	1					
	687	17.816	7.671	6.282	967	(464)
Fornecedores						
Enertrade			2.737	5.319	(42.406)	(37.936)
Enerpeixe			5.881	6.604	(60.756)	(47.191)
Energest			87	64	(701)	(783)
Pantanal			2.379	25.633	(11.772)	(14.857)
Costa Rica						(5.678)
CESA			1	1.296	(14.363)	(15.235)
			11.085	38.916	(129.998)	(121.680)
	821	17.816	18.756	45.198	(127.805)	(122.14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

posteriores a dezembro de 2006 e foi temporariamente suspenso o procedimento de homologação pela ANEEL, impossibilitando o recebimento dos valores até então apurados relativos à subvenção correspondente a parcela de perda de receita, cujo montante estimado correspondente à parcela incontroversa ainda não liquidado financeiramente monta em R\$14.985. A Companhia está em processo adiantado de gestões junto à ANEEL para a breve resolução dessas pendências existentes e não espera nenhuma perda sobre os saldos em aberto na data do balanço.

14.2 - Sub-rogação CCC - Res. 331/2005 e Ofício enc. ANEEL 2007
Refere-se ao crédito objeto de subvenção que deverá ser recebida em parcelas mensais até o mês de abril de 2022, com recursos da União destinados à construção da linha de distribuição de 138 KV Jardim - Porto Murinho, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 331, de 3 de outubro de 2005, no valor de R\$28.740, atualizado monetariamente pelo IGP-M, com amparo na Resolução ANEEL nº 146/2005. Esse ativo foi registrado integralmente no exercício de 2007, em contrapartida à crédito da rubrica Obrigações vinculadas à concessão (Nota 14), em conformidade com as determinações do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/2007.

15 - Imobilizado - Tangível e Intangível

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2007		31/12/2006	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - Tangíveis					
Distribuição					
Terrenos		1.890		1.890	1.878
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,83	41.547	(16.099)	25.448	20.532
Máquinas e equipamentos	3,95	1.448.806	(572.590)	876.216	707.723
Móveis e utensílios	2,89	153	(137)	16	20
		<u>1.492.396</u>	<u>(588.826)</u>	<u>903.570</u>	<u>730.153</u>
Comercialização					
Máquinas e equipamentos	4,30	2.352	(107)	2.245	79
Móveis e utensílios	3,68	258	(223)	35	44
		<u>2.610</u>	<u>(330)</u>	<u>2.280</u>	<u>123</u>
Administração					
Terrenos		250		250	250
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,98	23.336	(11.218)	12.118	10.862
Máquinas e equipamentos	6,89	89.325	(53.284)	36.041	33.840
Veículos	13,93	13.010	(8.425)	4.585	4.620
Móveis e utensílios	4,87	3.330	(2.648)	682	845
		<u>129.251</u>	<u>(75.575)</u>	<u>53.676</u>	<u>50.417</u>
Atividade não vinculada à concessão					
Terrenos		92		92	92
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,84	1.926	(1.475)	451	525
Máquinas e equipamentos	4,00	27	(15)	12	13
		<u>2.045</u>	<u>(1.490)</u>	<u>555</u>	<u>630</u>
Imobilizado em serviço - Intangíveis					
Distribuição					
Software	14,92	934	(333)	601	282
Servidão permanente		824		824	915
Outros					17
		<u>1.758</u>	<u>(333)</u>	<u>1.425</u>	<u>1.214</u>
Comercialização					
Software	20,00	3.321	(2.891)	430	1.069
Administração					
Software	15,69	46.821	(26.792)	20.029	20.202
Outros		108		108	
		<u>46.929</u>	<u>(26.792)</u>	<u>20.137</u>	<u>20.202</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.678.310</u>	<u>(696.237)</u>	<u>982.073</u>	<u>803.808</u>
Imobilizado em curso					
Distribuição					
Tangíveis		69.493		69.493	154.942
Intangíveis		632		632	729
Comercialização					
Tangíveis		1		1	2.243
Intangíveis		507		507	92
Administração					
Tangíveis		21.305		21.305	21.608
Intangíveis		24.553		24.553	9.717
Total do imobilizado em curso		<u>116.491</u>	<u>-</u>	<u>116.491</u>	<u>189.331</u>
Atividades não vinculadas à concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		343.951		343.951	343.951
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(343.951)		(343.951)	(343.951)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		53.725		53.725	29.812
(-) Amortização acumulada do ágio		(53.725)		(53.725)	(29.812)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Obrigações vinculadas à concessão		(262.545)		(262.545)	(202.923)
Total líquido		<u>1.532.256</u>	<u>(696.237)</u>	<u>836.019</u>	<u>790.216</u>
Imobilizado		<u>1.454.556</u>	<u>(666.221)</u>	<u>788.335</u>	<u>757.193</u>
Intangível		<u>77.700</u>	<u>(30.016)</u>	<u>47.684</u>	<u>33.023</u>
		<u>1.532.256</u>	<u>(696.237)</u>	<u>836.019</u>	<u>790.216</u>

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Transferência para				Valor líquido em 31/12/2007
	Valor líquido em 31/12/2006	Ingressos	imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações e	
Imobilizado em serviço - tangível					
Terrenos	2.220		12		2.232
Edificações, obras civis e benfeitorias	31.919		8.563	(2.438)	(29) 38.015
Máquinas e equipamentos	741.655		235.289	(57.088)	(5.338) 914.518
Veículos	4.620		1.691	(1.726)	4.585
Móveis e utensílios	909			(176)	733
	<u>781.323</u>	<u>-</u>	<u>245.555</u>	<u>(61.428)</u>	<u>(5.367) 960.083</u>
Imobilizado em serviço - intangível	22.485		6.998	(7.493)	21.990
Total do imobilizado em serviço	<u>803.808</u>	<u>-</u>	<u>252.553</u>	<u>(68.921)</u>	<u>(5.367) 982.073</u>
Imobilizado em curso - tangível	178.793	161.093	(249.089)		90.797
Imobilizado em curso - intangível	10.538	18.620	(3.464)		25.694
Total do imobilizado em curso	<u>189.331</u>	<u>179.713</u>	<u>(252.553)</u>	<u>-</u>	<u>116.491</u>
Total do imobilizado - tangível e intangível	<u>993.139</u>	<u>179.713</u>	<u>-</u>	<u>(68.921)</u>	<u>(5.367) 1.098.564</u>
(-) Obrigações vinculadas à concessão					
Contribuição de consumidores	(40.252)	(1.248)	490		2.031 (38.979)
Doações e subvenções	(75.074)	(44.181)			1.468 (117.787)
Participação da União, Estados e Municípios	(87.597)	(17.692)	(490)		(105.779)
	<u>(202.923)</u>	<u>(63.121)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.499 (262.545)</u>
Total líquido	<u>790.216</u>	<u>116.592</u>	<u>-</u>	<u>(68.921)</u>	<u>(1.868) 836.019</u>

15.1 - Alteração nas taxas de depreciação

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A redução da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço, acumulada em 31 de dezembro de 2007, foi de aproximadamente 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

15.2 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

15.3 - Obrigações Vinculadas à Concessão - amortização

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas que, combinada com alterações preconizadas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofícios Circulares SFF/ANEEL nºs 236, 296 e 1314/2007, de 08 e 15 de fevereiro de 2007 e de 27 de junho de 2007, respectivamente, determinaram a amortização dos saldos de Obrigações vinculadas à concessão, com efeitos a partir da próxima revisão tarifária periódica que ocorrerá em abril de 2008 e utilização de taxa média de depreciação a ser definida pela ANEEL.

16 - Fornecedores

	Circulante		Não circulante 31/12/2006
	31/12/2007	31/12/2006	
Suprimento de energia elétrica	39.414	62.703	
Energia livre	7.448	14.039	9.140
Compra de energia de curto prazo - CCEE	6.042	1.492	
Encargos de uso da rede elétrica	5.691	6.682	
Encargos de serviços de sistema		141	
Materiais e serviços	27.251	27.846	
Total	<u>85.846</u>	<u>112.903</u>	<u>9.140</u>

17 - Debêntures

Em 2 de maio de 2006 foi promovida a sexta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografia), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 33.750 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$337.500, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de maio de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de maio de 2009, a segunda, de 1/3, em 2 de maio de 2010 e a terceira, de 1/3, em 2 de maio de 2011. A colocação foi concluída em 2 de junho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,3% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 2 de maio de 2011. Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- descumprimento, pela Emissora, com medição nas datas-base de 31 de março e 30 de setembro de cada ano durante a vigência do contrato, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação a EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vencida durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de hedge e swap no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Os efeitos econômicos já registrados em 31 de dezembro de 2007, advindos do Termo de Notificação nº 119/2007, conforme mencionado na nota 20, poderão incorrer na hipótese de rescisão prevista no item (ii) na próxima medição, a ser realizada na data-base de 31 de março de 2008 e, para tal, a Administração da Companhia já está atuando para eliminar esse risco.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2009	112.500
2010	112.500
2011	112.500
	<u>337.500</u>

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante		Não circulante
	31/12/2006	31/12/2007	
Saldo em 31/12/2006	6.725		337.500
Encargos	40.554		
Amortizações	(41.640)		
Saldo em 31/12/2007	<u>5.639</u>		<u>337.500</u>

18 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da dívida	31/12/2007			31/12/2006		
		Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira							
BNDES	4% a.a. + tx. variável + UMBNDES				7	1.429	
European Investbank	Libor tri + 4% a.a. e Libor tri + 5% a.a. + V.C.	28	2.802	193	71	6.297	3.615
STN	Libor sem + 6% a 8% a.a. + com. 0,2% a.a. + V.C.	243	1.456	15.921	324	1.757	20.974
BBA FMO (a)	8,9% + V.C.				34	1.158	
Subtotal		<u>271</u>	<u>4.258</u>	<u>16.114</u>	<u>436</u>	<u>10.641</u>	<u>24.589</u>
Moeda nacional							
Eletrobrás	6% a 8% a.a.	385	8.432	56.672	90	5.040	47.347
BNDES - Diversos contratos	TJLP + 3,85% a 4,80% a.a.	177	12.809	31.703	303	33.619	34.992
BNDES - RTE	SELIC + 1% a.a.	73	15.373		324	20.868	27.151
Fundação Enersul	INPC + 10% a.a.	13	4.066		61	6.624	3.864
Banco do Brasil - FCO	11,1987% a.a.	553	3.280	16.126	212	3.280	19.405
Contas garantidas	104,0% a 108,5% do CDI				295	3.000	
Cédula de crédito bancário	105% do CDI	347		46.400	408		46.400
Subtotal		<u>1.548</u>	<u>43.960</u>	<u>150.901</u>	<u>1.693</u>	<u>72.431</u>	<u>179.159</u>
SWAP							
BBA FMO (a)	0,95% + CDI					1.232	
Subtotal						<u>1.232</u>	
Total		<u>1.819</u>	<u>48.218</u>	<u>167.015</u>	<u>2.129</u>	<u>84.304</u>	<u>203.748</u>

BNDES (Moeda estrangeira) - Contrato assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$6.663, com recursos do BNDES, através do Banco ALFA como líder e participação do Itaú BBA, amortizado em 36 parcelas mensais e juros de 4% ao ano, indexado a Cesta de Moedas (UMBNDDES + Taxa de Juros Variável + Imposto de Renda) e liquidado em 15 de outubro de 2007, com garantias em Recebíveis e Nota Promissória.

European Invest Bank - nº IE0.63/01 - Contrato assinado em abril de 2000, correspondente a linha de crédito de US\$15.000.000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizado em 11 parcelas semestrais, com juros de libor trimestral acrescida de 5% ao ano, atualizado pela taxa cambial e término em junho de 2008, com garantias em Nota Promissória e Aval da Controladora. nº **OB1.63/01** - Contrato assinado em fevereiro de 2001, correspondente a linha de crédito de US\$1.200.000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizada em 11 parcelas semestrais, com juros de libor trimestral acrescida de 4% ao ano, atualizado pela taxa cambial e término em março de 2009, com garantias em Nota Promissória e Aval da Controladora.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL - Contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$14.615.864, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nºs 1.541/88 e 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções 98/92, 90/93 e 132/93, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela libor semestral acrescida de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortização semestrais e término em abril de 2024, com garantias em Aval do Governo do Estado, Receita Própria e Caução de parte da dívida.

BBA - FMO - (Netherlands Development Finance Company) - em 30 de junho de 2007, esse contrato, assinado em outubro de 2001, correspondia à linha de crédito de US\$6.500.000 repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, tendo sido amortizado em 11 parcelas semestrais, com juros de 8,9% ao ano, atualizado pela taxa cambial. Para este empréstimo foi realizada operação de swap, para proteção contra riscos financeiros oriundos de variações de ativos e passivos, com juros de 0,95% ao ano mais CDI. Ambos, empréstimo e operação de swap, foram liquidados em setembro de 2007.

Eletrobrás

(i) IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022.

(ii) Programa Luz no Campo - ECF-1975/00 - no valor de R\$25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em 30 de julho de 2012. ECF-2162/02 - no valor de R\$1.500 relativo a 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em 30 de junho de 2015.

(iii) Programa Luz para Todos - ECFs-024-B/2005 - no valor de R\$18.103, restando a liberação de R\$1.811, para financiamento do Programa Nacional de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização - "L

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 - Benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora da Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida", convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002 as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON. Para atendimento à essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2007 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2007	31/12/2006
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(67.258)	(67.088)
Valor justo dos ativos	154.351	139.059
	87.093	71.971
Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos	(35.616)	(31.733)
Superávit	51.477	40.238

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2007	2006
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,00% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%

Demográficas

	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27
Tábua de rotatividade	Nula	Nula

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será a ela reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Enersul de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício a Companhia contribuiu com R\$1.691 (R\$1.910 em 2006).

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	Plano Inicial	Plano II	Total
Participantes ativos		709	709
Participantes assistidos			
Com benefícios diferidos	1	14	15
Aposentados	245	27	272
Pensionistas	78	5	83
Total	324	755	1.079

Em 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a incorporação, pela EnerPrev, da gestão do plano de previdência oferecido pela Fundação Enersul.

O processo de incorporação da Fundação Enersul pela EnerPrev iniciou-se em novembro de 2006, mediante autorização dos conselheiros da Fundação e de representantes dos participantes e dos assistidos. Até que se concluem os trabalhos para que a EnerPrev assuma a gestão, a Fundação Enersul manterá sua estrutura e atendimento.

20 - Devolução tarifária

O 1º ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica introduziu a Base de Remuneração Regulatória - BRR como um dos componentes para determinação da Receita Requerida e, por conseguinte, das tarifas aplicadas às diversas classes de consumidores por tensão, através da consideração, na Parcela "B", da remuneração do investimento do concessionário com base na BRR bruta e da quota de reintegração dos bens aplicados na prestação do serviço com base na BRR líquida.

As regras para apuração dos valores da BRR bruta e BRR líquida, para o 1º ciclo de revisão tarifária, foram estabelecidas por meio da Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002, com esclarecimentos emitidos pela Nota Técnica ANEEL nº 178, de 30 de julho de 2003, as quais deveriam ser cumpridas por empresa de avaliação responsável pela emissão dos laudos de avaliação, previamente credenciada pela ANEEL e contratada por cada concessionária.

O 1º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia ocorreu em 8 de abril de 2003 e, desde então, a Receita bruta de vendas contabilizada foi obtida fundamentalmente pela aplicação das tarifas determinadas na Revisão tarifária e Reajustes tarifários subsequentes, considerando o caráter provisório da Revisão tarifária até 8 de abril de 2005 conforme descrito na Nota 8.2, quando então foi considerada definitiva, uma vez que, para tal, a ANEEL homologou a BRR como definitiva em março/2005, inclusive denominando-a posteriormente de Base Blindada.

Ao final do mês de agosto de 2007, como resultado da fiscalização extemporânea concluída sobre os laudos de avaliação da Base Blindada, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 119/2007, consubstanciado no Relatório de Fiscalização nº 127/2007, determinando a redução de R\$383,6 milhões na BRR bruta e de R\$185,2 milhões na BRR líquida, em decorrência de não conformidades identificadas no laudo da Base Blindada.

Tal Termo de Notificação foi objeto de manifestação recursal por parte da Companhia, questionando seus termos e os valores nele apontados, tendo a ANEEL decidido e determinado, em 4 de dezembro de 2007, pela redução da BRR bruta de R\$265 milhões e da BRR líquida de R\$126 milhões, bem como pela redução média de 6,66% nas tarifas praticadas aos consumidores, a partir de 6 de dezembro de 2007.

Também por meio de redução das tarifas, haverá a devolução aos consumidores dos valores faturados a maior no período de abril de 2003 a dezembro de 2007, estimados pela Companhia em R\$183.139 (impacto econômico, sem efeito de impostos).

No contexto da Audiência Pública nº 008/2008 a ANEEL, sinalizou que tal devolução ocorrerá durante o próximo ciclo tarifário, por conseguinte, foi registrada provisão neste exercício segregando parcelas no passivo circulante e não circulante, nos valores de R\$137.354 e R\$45.785, respectivamente.

21 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2007	31/12/2006
Folha de pagamento	10.779	13.953
INSS e FGTS	1.203	1.008
Total	11.982	14.961

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e seus respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício, além dos efeitos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, lançado em maio de 2006.

O PDV previu a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso na empresa. O número de desligamentos alcançou 149 colaboradores.

22 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2007	31/12/2006
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.163	1.233
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	1.531	5.335
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.222	2.141
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	608	654
Pesquisa e desenvolvimento	7.386	7.284
Programa de eficiência energética	10.844	13.180
Taxa de fiscalização - ANEEL	222	198
Total	23.976	30.025

23 - Provisão para contingências e depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2006	Adições	Baixas Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2007	Depósito judicial (Nota 13) 31/12/2007
Trabalhistas	11.787	13.165	(494)	(228)	24.230	9.671
Cíveis	15.032	7.305	(2.026)		20.311	1.734
Fiscais	46.130	289			46.419	65.374
Total	72.949	20.759	(2.520)	(228)	90.960	76.779
Não circulante	72.949				90.960	76.779

23.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

23.2 - Cíveis

As contingências cíveis englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do poder judiciário.

23.3 - Fiscais

O saldo da provisão refere-se a depósitos em juízo contra a União Federal arguindo a inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre o faturamento, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal.

23.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	4.675	996
Cíveis	9.109	94
Fiscais	7.440	8.151
Total	21.224	9.241

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos a seguinte:

PIS e COFINS - Refere-se a ação judicial para obter o reconhecimento do direito líquido e certo da Companhia de recolher o PIS e COFINS nos termos da legislação anterior a Lei nº 9.718/98 do período de 01 de fevereiro de 1999 a 30 de novembro de 2002 para o PIS e do período de 01 de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2004 para o COFINS.

24 - Patrimônio líquido

24.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 está representado por 53.137.012.348 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A..

24.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício, não há consignação de dividendos.

24.3 - Reservas

	31/12/2007	31/12/2006
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	1.650	1.650
Ágio na incorporação de sociedade controladora (Nota 11.1.1)	116.944	116.944
	118.594	118.594
Reservas de lucros		
Legal	13.585	13.585
Retenção de lucros	76.925	121.190
	90.510	134.775

24.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital, submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

O valor de R\$58.056 foi utilizado para compensação do prejuízo apurado no exercício de 2007.

24.3.2 - Reversão dos dividendos

Em 20 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em revisar a destinação do lucro líquido do exercício de 2006 e respectiva distribuição de dividendos aprovados na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 9 de abril de 2007, mediante reversão de parte dos dividendos declarados no valor de R\$13.791, para a Reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital apresentado para os exercícios de 2008 e 2009, tendo sido aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2007.

25 - Receita operacional líquida

	Nº de consumidores (*)		MWh(*)		R\$ mil	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	574.666	559.006	943.196	928.468	495.817	465.197
Industrial	3.967	4.080	464.828	436.795	165.135	148.447
Comércio, serviços e outras atividades	56.304	55.206	631.481	614.089	319.267	298.248
Rural	66.585	63.476	339.793	320.809	104.618	95.308
Poder público	6.778	6.530	172.981	157.599	92.800	81.679
Iluminação pública	1.121	798	168.103	156.052	47.702	41.840
Serviço público	707	696	104.970	102.932	31.573	29.626
Consumo próprio	139	142	7.302	6.298		
Total do fornecimento faturado	710.267	689.934	2.832.654	2.723.042	1.256.912	1.160.345
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					(7.277)	(9.714)
Industrial					(7.220)	(9.051)
Comércio, serviços e outras atividades					(13.372)	(18.151)
Rural					(1.679)	(2.253)
Poder público					(3.705)	(4.955)
Iluminação pública					(698)	(970)
Serviço público					(1.315)	(1.798)
Consumo próprio					(761)	
					(36.027)	(46.892)

(-) ICMS		
Residencial	(97.300)	(91.257)
Industrial	(28.092)	(25.226)
Comércio, serviços e outras atividades	(54.882)	(51.224)
Rural	(16.744)	(15.269)
Poder público	(15.788)	(13.900)
Iluminação pública	(8.109)	(7.121)
Serviço público	(5.368)	(5.036)
	(226.283)	(209.033)

Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS	994.602	904.420
Fornecimento não faturado - parcela "B"	(53.952)	(52.421)
Fornecimento não faturado	(1.889)	9.407

Fornecimento não faturado - PIS/COFINS das geradoras	3.090	(955)
Devolução tarifária	(183.139)	
Redução de receita - baixa renda	16.360	17.206
Desconto irrigação e agricultura	1.116	975
Suprimento convencional	1	109
ECE e EAEEE	(3)	343
(-) ICMS s/ECE e EAEEE		(249)
	776.185	878.770

Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos	(818.419)	(793.355)
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos	148.183	142.283
	105.949	227.698

Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	21	16	440.171	402.410	60.194	54.629
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(7.105)	(6.766)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					818.419	793.355
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(148.183)	(142.283)
Encargos de conexão					34	4
					723.359	698.939

Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo e suprimento leilão					9.958	9.015
Serviços taxados e outros					8.089	7.381
					18.047	16.396
					847.355	943.033

(-) Deduções da receita						
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética					(8.099)	(11.265)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(27.519)	(26.914)
Conta de consumo de combustível - CCC					(29.240)	(40.355)
RGR					(13.245)	(15.050)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE					2	(94)
PIS					(11.343)	(14.076)
COFINS					(52.304)	(67.477)
PIS/COFINS reposição - Res. ANEEL 162/2005					(12.298)	(22.688)
ISS					(72)	(55)
					(154.118)	(197.974)
Total	710.288	689.951	3.272.825	3.125.561	693.237	745.059

(*) Não auditadas pelos auditores independentes

26 - Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Despesas administr. e Outras	2007	2006
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 - Resultado financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.738	480
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	21.637	20.352
Atualizações monetárias de ativos regulatórios	7.786	24.699
Variações monetárias moeda nacional	(718)	4.712
Variações monetárias moeda estrangeira		(490)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	4.384	101
Descontos obtidos	662	653
SELIC sobre COFINS (alargamento de base)		5.514
Outras receitas financeiras	4.347	394
	<u>39.836</u>	<u>56.415</u>
Despesas financeiras		
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(73)	(18)
Encargos de dívidas	(62.015)	(84.733)
Variações monetárias moeda nacional	(418)	(1.238)
Variações monetárias moeda estrangeira	5.976	3.964
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(347)	(4.301)
Reversão da COFINS (alargamento de base)		6.836
Operações de swap e hedge	(142)	(5.533)
Atualizações monetárias de passivos regulatórios	3.254	(11.861)
CPMF	(5.585)	(6.735)
Juros sobre capital próprio		(28.803)
Outras despesas financeiras	(5.387)	1.811
	<u>(64.737)</u>	<u>(130.611)</u>
Total	<u>(24.901)</u>	<u>(74.196)</u>

28 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas

De acordo com a Instrução Contábil nº 10 item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	2007	2006
Encargos de dívidas contabilizados no resultado	62.015	92.357
Transferência para o imobilizado em curso	(1.826)	(2.091)
Líquido	<u>60.189</u>	<u>90.266</u>

29 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL	(86.805)	36.092	(86.805)	36.092
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	21.701	(9.023)	7.812	(3.248)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(312)		(112)	
Multas inadotáveis	(24)	(203)	(9)	(73)
Gratificações a administradores	(256)	(13)	(92)	(5)
Pesquisa e desenvolvimento		1.335		481
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos				(4.250)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(211)		250	
Incentivos fiscais		464		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>20.898</u>	<u>(7.440)</u>	<u>7.849</u>	<u>(7.095)</u>

30 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 9 de abril de 2007, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$2.500. A remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi de R\$1.648 em 2007 (R\$1.526 em 2006).

31 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2007
Subestações	145.800
Almoxarifados	20.800
Prédios e conteúdos (próprios)	5.500
Prédios e conteúdos (terceiros)	1.864
Responsabilidade civil	5.724
Transportes (materiais)	18.000
Transportes (veículos)	1.300
Acidentes pessoais/Vida grupo	53.895

32 - Instrumentos financeiros

32.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

32.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se em 30 de junho de 2007 os Empréstimos e financiamentos e Operações de hedge (Nota 18). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

32.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidas por algumas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado vigentes até a ocorrência do Programa de Racionamento ocorrido entre junho de 2001 a fevereiro de 2002.

32.4 - Operações de hedge

A Companhia, com intuito de reduzir a exposição de suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2007 operações de hedge, apresentadas na Nota 18.

33 - Reajuste tarifário e desconto extraordinário nas tarifas de energia elétrica em 2007

33.1 - Reajuste tarifário de 2007

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 3 de abril de 2007, autorizou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,05% para o período entre abril/07 a março/08, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 3,2%.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

Níveis de Tensão	Reajuste ANEEL	Reajuste efetivo médio sobre as tarifas de 2006
Baixa Tensão (abaixo de 2,3 kV)	8,41%	3,46%
Alta Tensão (acima de 2,3 kV)	7,31%	2,58%
Valor Médio	8,05%	3,20%

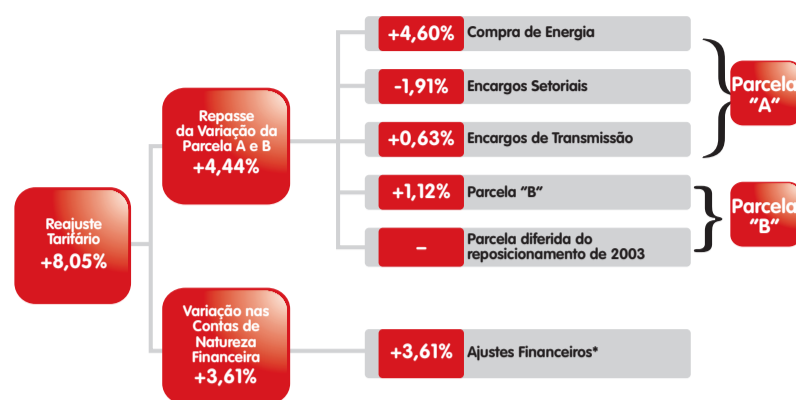
Os impactos decorrentes da implementação do Programa Luz para Todos - PLPT no Estado do Mato Grosso do Sul foram considerados de forma parcial e com base em metodologia provisória. A maior parte do impacto do Programa Luz para Todos deverá ser incorporada na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

Na primeira Revisão Tarifária Periódica da Companhia, ocorrida em abril de 2003 e observada a periodicidade de cinco anos, a ANEEL aplicou um reposicionamento tarifário em parcelas (diferimento do reposicionamento). Na primeira,

relativa ao percentual de IRT de 32,59%, foi implementada em abril de 2003 e as demais, correspondentes à diferença entre o reposicionamento e o IRT, deveriam ser implementadas parceladamente nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

Entretanto, no reajuste deste ano, a ANEEL realizou novo diferimento da última parcela original do reposicionamento tarifário de 2003, para aplicação na revisão tarifária periódica de abril de 2008.

O quadro a seguir demonstra a composição do reajuste, aplicado em 2007 para a Companhia:



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de variação de itens da parcela "A" (CVA), ao reconhecimento parcial dos impactos decorrentes do Programa Luz para Todos - PLPT e de complemento de cobertura tarifária da elevação das alíquotas do PIS e da COFINS imposta pelas Leis 10.637/2002, 10.833/2003 e 10.865/2004.

33.2 - Desconto extraordinário nas tarifas de energia elétrica - Acordo ALMS

A Companhia efetuou um acordo com a Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul em que concedeu, a partir de 1º de setembro até a data da próxima revisão tarifária em 8 de abril de 2008, um desconto de 3,014% nas tarifas dos consumidores residenciais e lançou contrato de interruptibilidade para consumidores industriais segundo o qual, aqueles que a ele aderirem, será efetuado um desconto de 5% sobre a tarifa de fornecimento de energia vigente à época.

Os descontos previstos no acordo não seriam considerados cumulativos caso viesse a ocorrer uma eventual redução de tarifas decorrente do Termo de Notificação nº 119/2007 da ANEEL. Dessa forma, a partir de 6 de dezembro de 2007, por ter sido superior, prevalecerá a redução de tarifas implementada em decorrência do TN nº 119/2007 da ANEEL, conforme mencionado na Nota 20.

34 - Revisão tarifária periódica

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em conseqüência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória - BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 1º e 2º ciclos;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;
- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 1º e 2º ciclos; e
- Adições ocorridas entre as datas-base do 1º e 2º ciclos.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à concessão como mencionado na Nota 15.3.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26% para 9,95%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

35 - Programa nacional de universalização

Através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e da Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à energia elétrica a todos que possuem carga até 50 KW sem nenhum ônus. Na área de concessão da Companhia o prazo é de viabilizar o atendimento até 2013. A meta da Companhia, que para tanto aderiu o Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 21 de maio de 2004, Termo de compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado e Companhia, com a intervenção da Eletrobrás e ANEEL que prevê financiamento de 35% com recursos da RGR (financiamento), 40% recursos de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% agente executor e 10% Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2007 atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com a Resolução ANEEL 223/2003 e Resolução ANEEL 456/2000, com atendimento a 74.278 domicílios. Na área rural, no período 2004 a 2007, exceto Programa Luz para Todos, foram atendidos 4.971 novos clientes. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu 22.318 novos clientes, com aplicação de R\$187,64 milhões.

Em 2007 foram investidos na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, R\$32,2 milhões sendo R\$28,5 milhões no Programa Luz para Todos para ligação de 2.971 consumidores em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia e com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, R\$0,33 milhões para conclusão das obras urbanas iniciadas em 2006 e concluídas em 2007 e por fim R\$3,4 milhões para adequações dos 5.502 km de redes particulares recebidas em doação, necessárias para ligações de clientes no Programa Luz para Todos.

Para a sua execução o Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

2004 - Contrato Projetos Pioneiros com a Eletrobrás, no valor de R\$1.368, sendo R\$1.163 de CDE e R\$205 de recurso próprio.

2004 e 2005 - Contrato ECFS-024 e seus aditivos ECFS-024A, ECFS-024B no valor de R\$45.639, sendo R\$20.689 de CDE, R\$18.103 de RGR e R\$6.846 de recurso próprio. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2005, a Companhia recebeu R\$18.620 de CDE e R\$16.293 de RGR e ainda aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças.

2006 e 2007 - Contrato ECFS-097 e seus aditivos ECFS-097A, ECFS-097B no valor de R\$105.161, sendo R\$47.673 de CDE, R\$41.714 de RGR e R\$15.774 de recurso próprio. Deste contrato, encerrado fisicamente em 06 de dezembro de 2007, a Companhia recebeu R\$ 32.008 de CDE e R\$ 29.200 de RGR e aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças.

2004 a 2006 - Convênio 002/04 com o Governo do Estado do MS e seus aditivos no valor de R\$17.530, para cobertura da participação do Estado na primeira e segunda etapa do Programa. Deste convênio a Companhia recebeu R\$8.431 e aguarda posicionamento do Governo do Estado para acerto da diferença.

36 - Lei nº 11.638/07 - alterações de práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando a Lei nº 6.404/76 no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizado;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que esteja sob controle comum; e
- a reavaliação de ativos não é mais permitida.

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ainda ser mensurados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU Presidente	JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR	SÉRGIO PEREIRA PIRES	ANTONIO JOSÉ SELLARE	CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO
MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS	MIGUEL DIAS AMARO	RAUL TOSCANO DE BRITO NETO		

DIRETORIA

SÉRGIO PEREIRA PIRES Diretor Presidente	JÚLIO GALVÃO DE ARAÚJO JUNIOR Diretor Operacional	THOMAS DANIEL BRULL Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	MANUEL ALEXANDRE SÃO MIGUEL DE OLIVEIRA Diretor Técnico
PAULO CÉSAR CORRÊA SOARES Diretor Comercial	DOREL SOARES RAMOS Diretor de Regulação	LEONARDO JOSÉ VALLESÍ Superintendente de Contabilidade	ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI Gerente de Contabilidade Geral CRC 1SP137290/O-8 "S" - MS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul Campo Grande - MS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na Nota nº 20, a Companhia reconheceu uma provisão para devolução aos consumidores dos valores de consumo de energia faturados a maior no período de abril de 2003 a dezembro de 2007 no montante estimado pela Administração em R\$ 183 milhões aproximadamente. A sua liquidação está prevista, no momento, para ocorrer no período de abril de 2008 a março de 2009, conforme proposta da ANEEL em audiência pública. Como conseqüência do reconhecimento dessa devolução tarifária extemporânea, algumas cláusulas restritivas de dívida com debêntures conforme descrito na Nota nº 17 estariam afetadas caso a apuração fosse em 31 de dezembro de 2007. O próximo período de comprovação do atendimento desta cláusula se dará em 31 de março de 2008. A administração se encontra, todavia, tomando as medidas necessárias para a solução deste assunto e não espera que ocorram modificações na classificação do valor da parcela da dívida com debêntures classificada no passivo não circulante em função do não atendimento destas condições restritivas.

25 de fevereiro de 2008

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-"S"-MS

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-"S"-MS